



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 042

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE MAIO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 042

39ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 04

Designações 05

Requerimentos 05

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Luiz Eduardo Cheida..... 13

Horário das Lideranças:

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch 13

Liderança do PT

Dep. Elton Welter..... 15

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 16

Liderança do PSB

Dep. Reni Pereira..... 17

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 19

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 20

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão/Votação

Redação Final 22

2ª Discussão 25

1ª Discussão 25

Requerimentos 27

Explicações Pessoais:

Dep. Ney Leprevost..... 34

Dep. Jocelito Canto 35

Encerramento da Sessão 36

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 37

Diretoria Geral

Portarias

DIÁRIO Nº 042

39ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

08 DE MAIO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Fábio Camargo e Ribas Carli Filho (02).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Geraldo Cartário e Valdir Rossoni (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 064/07, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 023/07 de autoria do Deputado Duílio Genari. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob os nºs CTL/CC 058, 059, 061 e 063/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

079/07: de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Ano do Centenário da Imigração Japonesa do Paraná, a ser comemorado durante o ano de 2008, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.477. **Anote-se - Arquite-se.**

191/06: de autoria do Deputado Marcos Isfer, que denomina Doutor Antonio Anibelli a rodovia PR-662, que liga os municípios de Mangueirinha a Segredo, o qual convertido em Lei tomou o nº 15478. **Anote-se - Arquite-se.**

099/07: do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Palmas, o qual convertido em Lei tomou o nº 15484. **Anote-se - Arquite-se.**

173/07: do Poder Executivo, que fixa valores do piso salarial no estado do Paraná, com fundamento no inciso V, do artigo 7º, da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 103, de 14 de julho de 2000, o qual convertido em Lei tomou o nº 15486. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 168/07/DG/ANTT, do Sr. José Alexandre N. Resende - Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em resposta ao pedido de

informações requerido pelo Deputado Geraldo Cartário, que pede esclarecimentos sobre a instalação de postos de pedágio na rodovia federal que liga Curitiba a Rio Negro. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 737/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Ney Leprevost, que pede esclarecimentos sobre as razões da não implantação de uma Companhia da Polícia Militar do Paraná em Itaperuçu, Rio Branco do Sul e região. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/G 037/07, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando seu afastamento do país no período de 16 a 31 de maio de 2007, em viagem ao Japão e à França, para tratar de assuntos de cunho técnico e de interesse público. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 712/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, apresentando a recomendação (nº 5) do Tribunal de Contas, dirigida a este Poder Legislativo que, por ocasião da aprovação da Lei Orçamentária Anual, fosse observada a vedação imposta pelo artigo 135, inciso VII da Constituição Estadual. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 653/07-OPD/GP, do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando cópias das peças do Processo nº 461.320/02-TC, referente a impugnação de despesas da Universidade Estadual de Maringá. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 655/07-OPD/GP, do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando cópias das peças do Processo nº 311.735/02-TC, referente a impugnação de despesas da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 796/07-OPD/GP, do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando cópias das peças do Processo nº 3274/05-TC, referente a impugnação de despesas da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 580/CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Jadir Gomes Rabêlo - Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade - Substituto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia de celebração do 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 180/06, bem como cópia do extrato publicado no Diário Oficial da União. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 189/07-GAB/SFA/PR do Sr. Valmir Kowalewski de Souza - Superintendente Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informando que foram descentralizados recursos da ordem de R\$ 974.160,00 destinados ao Termo Aditivo ao

Convênio nº 001/06, celebrado em 22 de novembro de 2006, publicado em 30 de novembro de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 108/07

SÚMULA:

Propõe indicação para vogal da Junta Comercial do Estado do Paraná o Sr. Hécio Beatrici.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior, dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, para expor e reivindicar o seguinte:

1) a indicação para compor o quadro de vogal da Junta Comercial do Estado do Paraná, o Sr. Hécio Beatrici, RG nº 2.068.373-2/PR.

A presente indicação visa o preenchimento de uma das vagas aberta por vacância de representante do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 109/07

O Deputado que a presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, conforme artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere que sejam adotadas providências pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, para:

1) alocação de recursos visando a construção de uma Casa da Cultura no município de Tamboara.

JUSTIFICATIVA:

O município de Tamboara não possui um auditório ou um espaço adequado para representações teatrais, apresentações artísticas e musicais, seminários ou outro tipo de evento do gênero. Há muito tempo seus Vereadores batalham pela construção desse espaço, sem sucesso no entanto.

A Câmara Municipal de Tamboara reunida, solicita a realização de estudo dessa viabilidade.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 110/07

O Deputado que a presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, conforme artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere que sejam adotadas providências pela Paraná Esportes - SEED para:

1) incluir no Calendário de Eventos Esportivos do Estado o Campeonato Inter-regional de Veteranos de Atletismo - CIVA, realizado em Paranaguá, entre os nipo-brasileiros.

JUSTIFICATIVA:

O Campeonato Inter-regional de Veteranos de Atletismo, será realizado este ano nos dias 21 e 22 de julho em Paranaguá, enquanto a seletiva para esse campeonato será realizada no dia 27 de maio de 2007.

O CIVA acontecerá pela segunda vez com provas de lançamento de disco, arremesso de peso, lançamento do dardo, salto em distância, salto em altura, salto triplo e corridas, marchas e revezamento, nas categorias masculino e feminino, com premiação individual e coletiva.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 111/07

SÚMULA:

Propõe reformas na Escola Estadual Prof. Becker e Silva - Ensino Fundamental - do município de Ponta Grossa conforme solicitação abaixo.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário para reivindicar o que segue:

1) solicitação da construção de um refeitório para a Escola Estadual Becker e Silva, de Ponta Grossa. Conforme informações da Diretora Leutrice Maria Scheffer, atualmente os alunos fazem a merenda dentro das salas de aula, orientados pelos professores.

2) a indicação justifica-se pela urgência do estado em atender essa necessidade que é básica para a escola. Tal benfeitoria é de suma importância, visto que proporcionará um ambiente adequado, mais agradável e acolhedor, promovendo melhores hábitos de higiene, respeito, dignidade, além da socialização entre os alunos.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

INDICAÇÃO Nº 112/07

SÚMULA:

Propõe reformas no Colégio Estadual Arthur da Costa e Silva, do município de Ivaí, conforme solicitação abaixo.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário para reivindicar o que segue:

1) solicitação de verba complementar do Fundo Rotativo feito em abril de 2006 para realização de pintura e reparos no Colégio Estadual Arthur da Costa e Silva. Protocolo nº 84.927.333-1.

2) a indicação justifica-se pela urgência do estado em atender necessidades que são básicas da escola e que há tempos estão sendo solicitadas. As reformas vão conservar a infra-estrutura do prédio, patrimônio da cidade de Ivaí.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Designações

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa os Srs. Deputados Nereu Moura, Alexandre Curi, Caíto Quintana e Luiz Nishimori, para representar esta Casa de Leis na missão governamental ao Japão, nos dias 17 a 31 de maio.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Ney Leprevost, Presidente da Comissão de Saúde Pública, nos dias 10 e 11 de maio do corrente ano, em visita a instituições hospitalares em Campo Mourão e região, atendendo pedido da Câmara Municipal daquele município e do Deputado Douglas Fabrício.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1170

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na condição de Vice-Líder da Bancada da Oposição, vem justificar perante o Plenário desta Casa, a ausência do Deputado Valdir Rossoni, do PSDB, pois o mesmo encontra-se enlutado junto à família, pela perda de sua tia, dona Elza Ravanello, ocorrido ontem na cidade de Bituruna.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1173

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizada Audiência Pública no plenarinho da Assembléia, na data de 23 de maio de 2007.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz em atendimento à solicitação do Sindicato dos Servidores e Trabalhadores da Saúde Pública do Paraná, para tratar de assuntos como: jornada

de trabalho na saúde, proposta salarial e outros assuntos a serem levantados em pauta antecipada, contando com a presença, conforme convite a ser formulado ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1181

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o duto Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa de Leis, no horário do Grande Expediente, em data a ser acordada entre essa presidência e lideranças, o Sr. Procurador do Estado do Paraná, Dr. Sérgio Botto de Lacerda, ex-Presidente do Conselho de Administração da SANEPAR e ex-Procurador Geral do Estado, para esclarecer manifestações relativas à irregularidades na gestão do PARANASAN.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(aa) PLAUTO MIRÓ, DUÍLIO GENARI, MARCELO RANGEL, OSMAR BERTOLDI, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, EDGAR BUENO, AUGUSTINHO ZUCCHI, RUI HARA, ANTONIO BELINATI, CIDA BORGHETTI e DOUGLAS FABRÍCIO.

REQUERIMENTO Nº 1182

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o duto Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa de Leis, no horário do Grande Expediente, em data a ser acordada entre essa presidência e lideranças, o Sr. Procurador do Estado do Paraná, Dr. Rogério Distéfano, ex-Diretor Jurídico e membro do Conselho de Administração da SANEPAR, para esclarecer quanto a manifestações relativas à irregularidades na gestão do PARANASAN.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(aa) PLAUTO MIRÓ, DUÍLIO GENARI, MARCELO RANGEL, OSMAR BERTOLDI, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, EDGAR BUENO, AUGUSTINHO ZUCCHI, RUI HARA, ANTONIO BELINATI, CIDA BORGHETTI e DOUGLAS FABRÍCIO.

REQUERIMENTO Nº 1187

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER a essa douta Mesa Executiva, a utilização do Grande Expediente do dia 23 de maio de 2007, para que o Sr. Arilton Cândido Freres, Presidente da União Paranaense dos Estudantes, faça uso da palavra por 10 (dez) minutos, convidando os Srs. Deputados e apresentando a organiza-

ção estudantil no estado e do Congresso dos Estudantes a ser realizado no mês de junho.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 1169

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família Ravanello, pelo falecimento da Sra. Elza Ravanello.

Dona Elza sofreu um fulminante ataque cardíaco e faleceu na data de ontem, na cidade de Bituruna. Mulher dedicada à família e ao lar, era também tia de nosso ilustre colega, Deputado Valdir Rossoni, que está junto com toda a família prestando auxílio neste momento de dor e sofrimento.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente ao gabinete do amigo Deputado Valdir Rossoni.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1159

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à Sua Santidade o Santo Padre Bento XVI, pela sua vinda ao Brasil.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Sua Santidade o Santo Padre Bento XVI, no Vaticano.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Seja bem-vindo ao Brasil pela primeira vez, Santo Padre Bento XVI.

Este mês de maio é um mês mais que especial para todos os católicos do Brasil.

O Santo Padre Bento XVI vem, em nome de Jesus Cristo, trazer aos brasileiros sua palavra e sua presença. Bendito aquele que vem em nome do Senhor.

O Papa Bento XVI renovou nossa fé em Jesus Cristo, reafirmou a luz deste amor à dignidade e o destino transcendente de toda a pessoa carente. Sua figura evangélica é ao mesmo tempo profundamente humana, faz renascer uma fonte de alegria, de esperança e de benquerença que fluirá para sempre entre os irmãos brasileiros.

No coração de todos os brasileiros está nascendo a esperança de um novo tempo. Suave aurora vem anunciando que uma nova era está sendo inaugurada.

A canonização de Frei Antonio de Sant'Ana Galvão (Frei Galvão) primeiro Santo brasileiro, será, sem

dúvida, um dos pontos altos da visita do Santo Padre Bento XVI. A vinda do Santo Padre ao Brasil, é uma graça que nos é concedida.

Entendemos que este requerimento que apresentamos, obedece os anseios de toda a população brasileira e os segmentos da sociedade paranaense, motivo porque apresentamos à consideração desta augusta Assembléia Legislativa, com justificativa bem fundada.

Esperamos que o mesmo seja aprovado por unanimidade.

REQUERIMENTO Nº 1166

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais desta Casa de Leis, de votos de congratulações e louvor em homenagem à empresa Sperafico Agroindustrial, pela comemoração dos 50 anos de existência, no dia 05 de maio de 2007, na cidade de Toledo.

Empresa fundada em 1957, iniciou suas atividades no distrito de Vila Nova, município de Toledo. Começou ali o início do registro de uma história que viria mudar o agronegócio do oeste do Paraná. Trata-se de uma família que, unida, somou forças e fez crescer com muito trabalho e dedicação o empreendimento.

Hoje a Sperafico Agroindustrial, possui 50 filiais, distribuídas em 5 estados brasileiros. São 5 indústrias de esmagamento de soja, com capacidade de 2 milhões de toneladas/ano, que totalizam 33 milhões de sacas, produzindo óleo, farelo de soja, gordura vegetal, óleo refinado, lecitina de soja, ração, sabão e biodiesel. Possui ainda, 3 moinhos de trigo. Planta uma área de 35 mil hectares, cultivando soja, milho, trigo e arroz. Dispõe de uma frota com caminhões, colheitadeiras, tratores, máquinas pesadas e veículos leves, que totalizam 450 unidades, somando-se a 7 aeronaves para aviação agrícola e duas executivas.

Uma empresa reconhecida e certificada pelo ISO 22000, sendo uma das primeiras com essa certificação de qualidade.

Requer ainda, seja oficiado à empresa Sperafico Agrindustrial, nas pessoas de: Levino Sperafico e Dalton Sperafico, Diretores da Empresa Sperafico Agroindustrial, Rodovia PR-3117, Km 1 - Cx. Postal 81, 85900-000 - Toledo/PR.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1178

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Sargento Tânia Mara Guerreiro, Sargento do 20º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, em razão do

respectivo trabalho, há mais de 25 anos, no combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

No ano de 2006 a Sargento percorreu o estado fazendo palestras e calcula ter falado para aproximadamente 15 mil pessoas. Passou por 11 universidades, onde conversou com alunos de diversos cursos, levando informações para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes.

A cruzada da Sargento Tânia Mara deve-se ao fato da pedofilia ser uma tragédia sem rosto e sem números, por isso a Polícia Militar acompanha histórias alheias, transformando a Sargento em verdadeiro banco de dados ambulante.

Há poucas informações disponíveis sobre o assunto, haja vista o Direito Penal tratar do crime como variante dos crimes sexuais.

A indignação da Sargento Tânia com o avanço da violência sexual contra a infância é indissociável, razão pela qual organiza suas próprias estatísticas.

Esta Casa oferece justa homenagem a essa mulher, cuja capacidade de indignação é revertida em trabalho para a comunidade.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1183

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Partido Progressista Social - PPS, na pessoa de seu Presidente Estadual, Rubens Bueno, por ter sido contemplado no sorteio feito pelo Governador do Estado, de um ônibus de brinquedo, na “Escolinha de Governo” desta terça-feira, 08 de maio.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1186

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, REQUER envio de congratulações ao jornal O Paraná, na pessoa de seu Editor-Chefe e jornalista responsável Antonio Sbardelotto, extensivas aos demais Diretores e todos os funcionários, pelo transcurso de seu 31º aniversário.

“O Paraná” é o mais antigo jornal diário em circulação na região oeste. Foi fundado no dia 15 de maio de 1976, pelo empresário Jacy Miguel Scanagatta e pelo jornalista Frederico Leopoldo Sefrim Filho. Por ter surgido para sustentar um projeto político (Scanagatta era candidato a Prefeito naquele ano, e acabou eleito e governando Cascavel de 1977 a 1982) o jornal não demorou a enfrentar dificuldades e acabou vendido, em 1979, ao contador André Heitor Costi (atual Diretor-Geral) e ao jornalista

Emir Sfair (*in memoriam*). Sempre funcionou em Cascavel, à R. Pernambuco, 1600, centro, e possui um amplo e moderno parque gráfico próprio. Detém a maior circulação no oeste, mesmo enfrentando concorrentes de muito peso como a Gazeta do Povo, e circula regularmente em mais de 60 municípios. Entre diretos e indiretos, gera aproximadamente 150 empregos. É um jornal identificado com as causas da região, uma espécie de foro permanente de discussão das coisas do oeste.

Em termos editoriais, o jornal sempre manteve as mesmas características, dando enfoque também às questões nacionais e internacionais, mas valorizando principalmente as coisas do oeste. Graficamente, sofreu inúmeras alterações, sempre buscando agradar ao público leitor. “O Paraná” sempre exerceu influência importante em sua área de abrangência, e continua exercendo. Exemplos concretos: foram em suas páginas que tiveram início campanhas vitoriosas como a da construção e consolidação da UNIOESTE, da construção da FERROESTE e da Ponte de Guaíra, a instalação do Hospital Universitário (antigo Hospital Regional).

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 1174

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Carlos José de Carvalho, Presidente da Associação dos Funcionários da EMATER.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Presidente Carlos José de Carvalho, da Associação dos Funcionários da EMATER, pela sua profícua gestão 2004/2007, que foi marcada pela seriedade e competência administrativa e sua recondução ao cargo para a nova gestão 2007/2010.

REQUERIMENTO Nº 1179

Senhor Presidente:

Observada as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Ministro de Estado da Educação, Exmo. Sr. Fernando Haddad, com ‘cópia para o Senador Wilson de Matos Silva, solicitando do mesmo o acolhimento das sugestões do referido Senador da República para melhorar o sistema educacional do país, como seguem transcritas:

“No Ensino Básico

Dias letivos: propugnamos o aumento dos dias letivos de 200 dias de atividades acadêmicas efetivas para 220 dias de aulas.

Frequência dos alunos: proponho aumentar a frequência mínima exigida de 75% para 90%, proporcionando ao aluno maior permanência na escola, como forma de melhorar o rendimento. Nos países industriali-

zados, em geral, não há permissão para faltas a não ser que sejam justificadas.

Duração do Turno: proponho um mínimo de 5 horas e ainda a extinção da aprovação automática; e nas séries iniciais (1º e 2º anos) as salas de aula funcionarão com 1 professor para até 25 alunos; as salas com mais de 25 alunos, por sua vez, deverão ter 2 professores. Proponho a obrigatoriedade do ensino musical nos 4 anos iniciais. Defendo a realização de avaliação docente a cada 5 anos para o ensino fundamental e médio, como estímulo à atualização contínua e plano de carreira com elevação de vantagens para os que obtiverem bons resultados.

No Ensino Superior

Em linhas gerais, proponho a obrigatoriedade de 200 dias de aulas, pois a LDB preceitua 200 dias de atividades escolares e muitas instituições não realizam efetivos 200 dias de aula, bem como a duração da aula de 60 minutos, juntamente com a frequência mínima de 90%. Nesse contexto, proponho ainda que a transferência de uma instituição de ensino superior para outra seja efetivada sem exigência de adaptações, a não ser as eventuais adaptações de conteúdos regionais, considerando que os cursos estão fundamentados em diretrizes nacionais. Entendo que os diplomas expedidos por instituições estrangeiras devem ser validados no Brasil por universidades ou centros universitários que tenham curso do mesmo nível e área equivalente.

Alteração nos dias dos feriados

Proponho que todos os feriados devem ser comemorados na segunda ou sexta-feira, de modo a evitar os recessos escolares prolongados que diminuem ainda mais a permanência do aluno na escola.

No último Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, o contingente de inscritos superou a marca de 3,7 milhões de jovens, dos quais apenas 1,5 milhão conseguiram ter acesso ao nível superior em 2007. Nesse universo, aproximadamente 350 mil vagas foram preenchidas em instituições públicas e 1 milhão e 200 mil em instituições privadas. Estamos diante da seguinte realidade: mais de 2,4 milhões de jovens não tiveram acesso ao ensino superior, em face da falta de condições financeiras. A maior parte dos países dispõe de gigantescos fundos para o financiamento restituível de educação superior. O Brasil não pode se contentar com o pequeno índice de 14% dos jovens com acesso à universidade. É a hora e a vez do financiamento restituível para o ensino superior.

A nossa proposta consiste em colocar 2 milhões de jovens a mais no ensino superior em 5 anos. Os investimentos virão do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, em forma de financiamento restituível pelo aluno, com 1 ano de carência e igual período de duração do curso para pagamento. O BNDES administra R\$ 100 bilhões do FAT, destinados para investimentos em empresas com finalidade de geração de empregos. Estes R\$ 100 bilhões rendem R\$ 7 bilhões por ano somente em juros. Basta-

riam apenas 35% deste montante de juros ao longo de 5 anos para atingirmos a cifra acima mencionada.

Então vejamos: 400 mil alunos nas instituições privadas custarão aproximadamente R\$ 2,4 bilhões, ou seja, R\$ 6 mil por aluno/ano; 400 mil alunos em 5 anos somam 2 milhões de alunos; R\$ 2,4 bilhões em 5 anos somam R\$ 12 bilhões, e, a partir do 6º ano teremos a restituição inicial dos que já se formaram, não havendo necessidade de mais dinheiro novo.

Ademais, considerando que o objetivo dos recursos do FAT administrados pelo BNDES iria gerar empregos, os 2 milhões de alunos da rede privada de ensino superior deverão gerar 200 mil empregos diretos, pois a média de funcionários nas instituições é de 1 para cada 210 alunos, sem contar com os outros 40 mil empregos indiretos em toda a cadeia de produtos e insumos consumidos nas instituições. O próprio Governo arrecadará algo em torno de R\$ 4 bilhões do valor final, em forma de tributos e encargos.

Para finalizar, gostaria de elencar outros incentivos importantes para viabilizar a ampliação do acesso ao ensino superior, tais como: utilização de 50% dos recursos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, para pagamento de mensalidades; e isenção de impostos para produtos e equipamentos (materiais didáticos, livros, móveis, etc.) destinados à educação.

A educação é crucial para consolidar a cultura de uma nação, fortalecendo as instituições públicas e o próprio sistema político. As nossas propostas estão em sintonia fina com esses propósitos. Lutarei sem medir esforços para elucidá-las e arregimentar o apoio de V. Exas."

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1160

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Nelson Garcia, Secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando estudos para a viabilidade de ceder em doação um veículo para uso exclusivo do Conselho Tutelar do município de Ivatuba.

O município de Ivatuba não dispõe de recursos para adquirir tal veículo, razão pela qual recorre ao auxílio do estado.

Desta forma, encarece o requerente as providências urgentes e necessárias para se oferecer uma melhor qualidade de atendimento à população de nosso estado.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1164

Senhor Presidente:

Osmar Bertoldi, Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido Plenário, seja solicitada ao Governo do

Estado a remessa para esta Casa dos documentos/informações que seguem:

Lei 101/00 - Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo Único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Frente às determinações legais acima citadas, solicitamos as seguintes informações referentes ao Projeto de Lei nº 263/07, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2008.

- 1) De que forma e em quais datas foram realizadas as consultas públicas mencionadas em lei?
- 2) Em quais datas, locais e horários foram realizadas as audiências públicas mencionadas em lei?
- 3) Quais as formas e meios utilizados para comunicar e divulgar a realização das consultas e audiências públicas da fase de elaboração da LDO estabelecidas em lei?

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 1168

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tissot, solicitando informações sobre o cronograma das obras e dos pagamentos referentes à trincheira localizada na PR-092, no trevo de acesso à cidade de Arapoti.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1167

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Maurício Requião, Secretário da Educação do Estado do Paraná, solicitando cópia dos contratos das empresas prestadoras de serviço, que prestam serviços para a Secretaria da Educação, bem como os termos aditivos contratuais, se existirem, referentes aos anos de 2003, 2004, 2005, 2006 e até a presente data do ano de 2007.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1177

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Cultura, Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitando cópia integral das gravações da Escola de Governo do dia de hoje, 08 de maio de 2007.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1172

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando informações e providências para o bom funcionamento do Instituto Médico Legal - IML, de Curitiba.

Justifica o presente pela demora que há na liberação de corpos no IML de Curitiba, liberação com mais de 10 horas, causando à família sofrimentos desnecessários, além dos que já estão sofrendo pela perda de um ente. Atraso causado por falta de médicos legistas em número que possa atender a demanda, principalmente em finais de semana, feriados prolongados e que os mesmos façam seus plantões *in loco*, não apenas quando solicitados por telefone, conforme informação extra-oficial. Assim, solicitamos que nos sejam enviados os seguintes dados:

- Quantos médicos legistas estão lotados no IML de Curitiba?
- Qual é a carga horária semanal de cada um?
- Qual a escala mensal dos médicos legistas?
- Quantos e quem são os funcionários administrativos e de apoio?
- Quantas viaturas estão funcionando à disposição do IML?

Desta forma, encarece o requerente as providências urgentes e necessárias para se oferecer uma melhor qualidade de atendimento à população de Curitiba e região metropolitana, bem como as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1176

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando os seguintes documentos e informações:

- Qual o montante de gastos apresentado pelo governo para ser apreciado por esse Tribunal, utilizados em transporte escolar no estado do Paraná nos últimos 4 anos?

- Estes valores conferem com as previsões constantes da lei orçamentária, ano a ano?
- Qual o montante de gastos utilizado na aquisição de ônibus destinados ao transporte escolar?
- Anexar pareceres e relatório final dos citados anos.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1180

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro, solicitando informações relativas aos convites para a reunião do secretariado, onde haveria sorteio de um ônibus. Muito embora o Governo do Estado tenha informado à imprensa que não mais haverá o sorteio do referido veículo na reunião do dia 08 de maio, cabe ainda a convocação para a reunião de esclarecimentos, onde questiona-se:

- Quantos convites para a reunião da Escola de Governo a ser realizada no dia 08 de maio foram confeccionados? Juntar requisição de confecção enviado à Imprensa Oficial do Estado.

- Qual o custo da impressão?

- Qual o custo do papel empregado na referida impressão?

- Quem executou o endereçamento dos citados convites?

- Quem realizou a distribuição dos convites?

- Qual setor da Casa Civil é responsável pelo envio deste convite?

- Quantos servidores estão lotados no referido setor?

- Quanto tempo de trabalho de cada servidor consumiu a confecção, e envelopamento, o endereçamento e o envio do convite?

- Quem foi o ordenador de tal despesa?

- Que dotação orçamentária foi utilizada para este fim?

- Qual o custo final, entre impressão e entrega, considerando material e mão-de-obra para execução do serviço ordenado?

- O que significa a inscrição ct CIRC CEE/CC 004/07 aposta nos referidos convites?

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1189

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Cláudio Xavier, relativamente às aquisições de medicamentos por aquela pasta, nos últimos 4 anos, informar o que segue:

1) Como têm sido feitas as compras de medicamentos? Especificar as modalidades licitatórias adotadas e eventuais formas de caráter excepcional para compra dos medicamentos.

2) Quais as empresas fornecedoras nas diversas modalidades, valor das respectivas vendas e a relação dos medicamentos adquiridos?

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 333/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido no estado do Paraná a instalação de postos de venda de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis em shoppings-centers, hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres, que se utilizem do mesmo CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, ou da mesma Inscrição Estadual, na forma e nas razões que especifica.

Art. 2º Os shoppings-centers, hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres que já possuem no estado do Paraná postos de venda de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta lei, para regularizar sua situação.

§ 1º Na forma da normatização da Agência Nacional do Petróleo - ANP, o posto revendedor poderá manter em seu estabelecimento outras atividades comerciais acessórias, sem contudo, descaracterizar sua atividade principal de revendedor varejista de combustíveis e lubrificantes.

§ 2º A prova de atividade especializada de revenda de combustíveis e lubrificantes automotivos far-se-á por meio de declaração de atividade individual, bem como o cadastro dessa atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos na Inscrição Estadual, conforme Lei nº 14701 de 25 de maio de 2005 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

Art. 3º A concessão de alvará de funcionamento nos municípios do Paraná fica obrigatoriamente condicionada à existência de razão social específica para comercialização de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis junto às Secretarias da Fazenda Estadual e Federal.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Não é de hoje que os super e hipermercados instalam postos de combustíveis em seus estacionamentos,

desde o momento em que passaram a promover uma competição desigual com os empresários do setor, baseada principalmente em vantagens tributárias, pois vejamos, os hipermercados gozam de um mecanismo de compensação tributária, o que dá a esse maior competitividade no mercado, ou melhor, uma vantagem desleal.

A legislação tributária prevê a cobrança antecipada do ICMS sobre combustíveis retidos na refinaria, inclusive parcela que incide sobre a comercialização dos postos. O mecanismo, chamado de compensação tributária, tem por objetivo facilitar a cobrança e a fiscalização, já que é mais simples vigiar algumas poucas grandes empresas do que cerca de 30 mil postos, porém ocorre que os postos de hipermercados vendem combustíveis por valores inferiores aos presumidos na fonte, o que lhes permite creditar o ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, pago a mais em outras mercadorias.

Para fazer esta cobrança antecipada, os governos estaduais estipulam um valor, denominado pauta, e o imposto é recolhido com base nesta pauta, independentemente dos preços praticados pelo posto. Se a pauta estabelecida for um valor superior ao praticado de fato, a diferença entre o valor pago efetivamente devido fica como crédito para o estabelecimento comercial. No caso de postos de combustíveis, este crédito não adianta para nada, porque não existem outros produtos nos quais os valores poderiam ser compensados. Já para os supermercados, vender combustível por um valor bem mais baixo do que a pauta é um grande negócio: o combustível barato é um chamariz para o consumidor, além de gerar créditos que podem ser compensados em qualquer outro produto comercializado pela empresa, como gêneros alimentícios ou itens de higiene e limpeza.

Desta forma, os hipermercados ganham de 2 lados: atraem mais clientes para suas lojas, em função do combustível barato e recolhem menos impostos sobre produtos. Assim constata-se o seguinte: o consumidor deixa de frequentar o comércio da vizinhança para fazer compras no supermercado e aproveita para abastecer. Com isso, além de o comércio sofrer consequências, o desemprego aumenta. Só os supermercados ganham com isso.

Há estudos que comprovam que num raio de até 30 quilômetros os postos sofrem com a concorrência desleal. Alguns estabelecimentos colocam funcionários não especializados para atender consumidores nos postos, sem treinamento adequado, e, muitas vezes, sem o pagamento dos direitos trabalhistas, o que torna essa prática - além de ilegal - ainda mais desleal do ponto de vista da concorrência no mercado.

Há de se ressaltar ainda a importância dos postos de combustíveis sob o prisma da geração de empregos. Atualmente existem no Paraná cerca de 2 mil e 500 postos, que são responsáveis pela geração de 32 mil empregos diretos. Em Curitiba são 352 postos que empregam 4 mil funcionários. Além de gerar empregos, esses estabe-

lecimentos são uma grande fonte de tributos. No Paraná cerca de 30% da arrecadação do ICMS vem do setor dos combustíveis.

Assim garantir uma concorrência leal, aumentar o reconhecimento de impostos sem alterar alíquotas, faz deste projeto um instrumento oportuno e viável em nosso estado.

PROJETO DE LEI Nº 334/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Apoio Técnico-Financeiro às Casas Familiares Rurais do Estado do Paraná por meio das ARCAFAR/Sul -Associação das Casas Familiares do sul do país.

Art. 2º A ARCAFAR/Sul fará uso do recurso para contratação de monitores e auxiliar de serviços gerais para trabalhar nas Casas Familiares Rurais e manutenção da ARCAFAR/Sul.

Art. 3º Para efeito desta lei, considera-se Casa Familiar Rural/Mar as que trabalham com a pedagogia da alternância e tendo Associação de Agricultores e Pescadores Artesanais Constituída.

Parágrafo Único. As Casas Familiares Rurais/Mar devem atender às seguintes exigências:

I - oferecer cursos gratuitos de ensino fundamental de 5ª a 8ª séries, ensino médio e/ou técnico profissionalizante; qualificação ou requalificação profissional;

II - público atendido prioritariamente: filhos e filhas de agricultores familiares e pequenos agricultores;

III - possuir uma associação autônoma, como parceira composta de pais, alunos, pessoas e entidades comprometidas com desenvolvimento rural e pesqueiro sustentável e solidário;

IV - aplicar o método da pedagogia da alternância;

V - ter como objetivo a formação integral da pessoa humana com a transmissão de conceitos e de conteúdos de desenvolvimento integrado, solidários e sustentável;

VI - ser membro da Associação das Casas Familiares Rurais/Mar do Paraná vinculada a ARCAFAR/Sul.

Art. 4º À rede das Associações das Casas Familiares Rural/Mar do Paraná vinculada a ARCAFAR/Sul compete:

I - manter atualizado o cadastro das Casas Familiares/Mar do Paraná;

II - informar os dados atualizados à Secretaria de Estado da Educação, contendo, entre outras informações:

a) número de alunos;

b) número de monitores;

c) número de demais profissionais da educação;

d) as demandas didáticas pedagógicas necessárias ao pleno funcionamento das Casas Familiares Rurais do Paraná.

Art. 5º Compete ao Poder Executivo firmar termo de cooperação técnica e financeira, convênio ou similares com a ARCAFAR/Sul, visando à manutenção e o funcionamento das Casas Familiares Rural/Mar do Estado e da ARCAFAR/Sul, onde serão definidos os critérios para a prestação de contas de sua aplicação.

Art. 6º Observado o artigo 15 da Resolução CNE/CEU em 03 de abril de 2002 do Conselho Nacional de Educação, o programa será subsidiado por recursos orçamentários da Secretaria de Estado da Educação e de outras que o Executivo entender possível, assim como, de recursos provenientes de doações e demais programas de fortalecimento institucional do estado do Paraná.

Art. 7º Esta lei será regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo e entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa instituir um Programa Estadual de Apoio Técnico Financeiro às Casas Familiares Rurais/Mar do Paraná, através da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil - ARCAFAR/Sul.

As Casas Familiares Rurais e do Mar estão presentes em inúmeros países, ensinando aos filhos de agricultores familiares, pequenos agricultores, pescadores artesanais, por meio da pedagogia da alternância, matérias específicas e gerais, proporcionando dentre outras importantes conquistas, a permanência de jovens no meio rural.

Essa realidade não é diferente no Brasil, em especial no estado do Paraná, onde já estão instaladas e funcionando 36 Casas Familiares Rural/Mar. Essa realidade só é possível pelas parcerias existentes entre os 3 entes federados, sociedade e famílias de alunos atendidos nas casas/escolas.

No Paraná, a Secretaria de Estado da Educação, assina convênio com a ARCAFAR/Sul desde 1995. E o que podemos perceber é que, dependendo do Governador, os recursos aplicados nesse convênio oscilam. Isso está preocupando os Coordenadores, os alunos, e a comunidade escolar, por isso, sugere-se a criação de um programa permanente, acabando de vez com a intranquilidade gerada pelo convênio, que inclusive abre portas para novas modalidades de investimentos.

Nos últimos anos o governo federal aumentou os investimentos para ampliação das sedes, capacitação de monitores, linhas de créditos para os estudantes, dentre outros, e isso fez com que tivéssemos uma nova realidade.

Podemos concluir que o projeto de lei visa, em especial, garantir tranquilidade aos Coordenadores das

Casas e da Associação, aos próprios alunos, aos pais de alunos e ao próprio estado do Paraná, que vê parceiros empenhados na melhora do nível de educação e na melhora na qualidade de vida do seu povo.

Dessa forma, solicitamos aos nobres Pares desta Casa, sua aprovação em Plenário.

PROJETO DE LEI Nº 335/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade filantrópica denominada Educandário Mater Consolatrix, com sede e foro no município de Ivaiporã, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, com as alterações dadas pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99, que dispõe sobre as normas para a declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações e fundações constituídas no estado do Paraná, estamos apresentando o presente projeto de lei, para declarar de utilidade pública o Educandário Mater Consolatrix, com sede e foro no município de Ivaiporã.

Sem fins lucrativos, fundado em 24 de junho de 1971, a entidade tem por objetivo e finalidade, de acordo com seu estatuto, ser uma entidade educativa-filantrópica, que presta assistência social através de alunos beneficiados com bolsas de estudos e proteção à família, à infância e à juventude, por objetivos de instruir e educar integralmente às crianças, à juventude e os adultos em estabelecimentos de ensino e cultura, promovendo o desenvolvimento cultural, científico, tecnológico, social e religioso da coletividade num vínculo harmonioso entre família, escola e sociedade, em especial a população de baixa renda, bem como prestando assistência social à indigentes, às pessoas idosas e enfermas, em estabelecimentos assistenciais de qualquer tipo, não discriminando ninguém por raça, sexo, cor, religião ou fator econômico, atendendo a todos aqueles que necessitarem dos seus serviços de forma continuada e permanente.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 336/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar a estrada Kalinosky, rodovia de 55 (cinquenta e

cinco) quilômetros, que liga os municípios de Ponta Grossa e Imbituva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A estrada em questão tem a extensão de 55 (cinquenta e cinco) quilômetros, fazendo ligação com 6 colônias agrícolas e 2 acampamentos de sem-terra. No decorrer desta estrada existem vários pontos de turismo rural ao longo dos rios Imbituvão e Tibagi, além do Parque das Violas e o Hotel Fazenda Virá.

Porém, seu aspecto mais relevante é servir como alternativa para desviar o pedágio de Ponta Grossa/ Imbituva, e diminuir a distância entre Ponta Grossa a Irati e Ponta Grossa a Imbituva. A estrada também atende ao município de Teixeira Soares, e serve como ligação do norte pioneiro e do oeste ao sul do estado.

Além disso, são desenvolvidas diversas atividades socioeconômicas, pois este trajeto possui 2 portos de areia do rio Tibagi, e ainda grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região para o porto de Paranaguá.

A conservação e manutenção deste trecho, sob a responsabilidade do município, é precária, pois faltam condições financeiras para arcar com mais essa obrigação.

Assim, a estadualização desta estrada potencializará um maior número de investimentos privados e crescimento econômico da região e por contingência, uma maior arrecadação estadual.

Face ao exposto, pedimos o apoio dos nobres Deputados desta Casa à nossa proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Gostaria de fazer um convite a todos os Deputados, para que na tarde de hoje, às 17 h, por iniciativa do nosso Presidente Nelson Justus e deste Deputado também, pudéssemos participar do lançamento de um livro intitulado “Colha Óleo Vegetal” do Pastor Werner Fuchs, que tem se dedicado nos últimos anos de uma vida pródiga em defesa do meio ambiente, em estudar e propor alternativas econômicas e, também, ambientais.

O Pastor Fuchs, companheiros Deputados, tem se especializado no que temos chamado de economia fami-

liar. Entendo que cerca de 80% das propriedades agrícolas do Paraná, são pequenas propriedades, com menos de 30 hectares. E, que o modelo agrário do Paraná tem a sua importância inquestionável, mas que a manutenção das famílias, do filho na escola, do arroz e feijão em cima da mesa, da assistência médica, daqueles elementares direitos do cidadão que só se faz quando o pai, a mãe, a família têm uma renda mínima de sobrevivência. Para isso, a economia rural familiar é, sem dúvida, a resposta.

Mas, o nosso planeta, não só o Paraná, se encontra em uma espécie de encruzilhada. Como crescer sem destruir? Como saciar a fome e a sede sem comprometer os recursos naturais que são finitos e esgotáveis? Aqui, hoje, na Assembléia Legislativa, talvez nós tenhamos uma parte da resposta. No lançamento deste livro são estimuladas as chamadas mini-usinas produtoras de óleo vegetal, aqui em Wittmarsun. Uma delas já funciona beneficiando, fazendo 150 litros de óleo vegetal de soja, por dia, no Centro Paranaense de Agroecologia. Aqui em Quatro Barras já funciona uma mini-usina extratora de óleo de girassol. Estas pequenas usinas são justamente para os pequenos produtores, como existem em Arapongas, em Colombo, em Araucária, em Londrina, em tantos outros municípios no Paraná, que ofertam renda aos produtores, tirando a taxa do FUNRURAL, tirando a taxa da cooperativa, reduzindo em mais de 70% o preço da torta que vai para a ração animal, enfim, é uma alternativa que valida uma possível economia sustentável, ambientalmente correta e que, portanto, teve o apoio e aquiescência desta Casa e do nosso Presidente e também o incentivo deste Parlamentar.

É por isso que convido todos os Deputados para que hoje, às 17h, estejamos presentes no lançamento deste livro - para concluir, Sr. Presidente - para que tenhamos, quem sabe, com este belo exemplar, uma orientação para nossos mandatos e que possa beneficiar ainda mais o povo do Paraná.

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário destinado à Liderança do Partido dos Democratas, concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Liderança dos Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso esta tribuna hoje para falar sobre um assunto que muitos não gostam, mas, na verdade, não dá para deixar passar em branco, uma vez que a mídia, semana passada, tanto na televisão, nos jornais, no rádio, deram ênfase ao convite oficial do Governo do Estado, expedido para os Deputados da base, que na próxima “escolinha”

seria sorteado um ônibus entre os Deputados presentes na “escolinha” do Governador Roberto Requião.

Semana passada nós nos manifestamos sobre esse assunto. Falávamos, naquela ocasião, que os Deputados estariam numa situação muito constrangedora diante desse convite que o Governo do Estado expediu para os Deputados da sua base.

Entendíamos e entendemos que o Parlamento tem que ser respeitado, e seus integrantes, acima de tudo. E o Governo do Estado, através do Chefe Da Casa Civil, expediu esse convite para os Parlamentares participarem dessa reunião.

Vejam, Srs. Deputados, eu não recebi convite. E nenhum Deputado da Oposição recebeu. Mas, no convite estava estampado que o ônibus que seria sorteado entre os Deputados presentes, obrigatoriamente deveria ser destinado para um município da base do Deputado.

Pois bem, o que aconteceu no dia de hoje? Aconteceu a “escolinha” do Roberto Requião. Alguns Deputados estiveram presentes. Não sei quais os Deputados, mas os Deputados todos são meus amigos, independente de Oposição, Situação, felizmente, tenho um relacionamento perfeito com os Parlamentares. Não sei quantos Parlamentares estavam presentes, não quero fazer nenhuma injustiça, mas, foi sorteado na manhã de hoje um ônibus. O Deputado Felipe Lucas recebeu o ônibus de brincadeira.

Agora, pergunto aos Srs. Deputados: primeiro, o Governador do Estado do Paraná brinca com o Parlamento, brinca com os Deputados. Diz, no convite, que o Deputado sorteado deverá entregar esse veículo para o município de preferência, da sua base.

O Deputado Felipe Lucas ganhou o ônibus de brinquedo. Ele deve doar esse ônibus, agora, para o seu município? Deve ele fazer um ato oficial da entrega desse ônibus?

Eu assisti uma entrevista numa das televisões do Paraná, após o sorteio, quando foi perguntado ao Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro: “Secretário, o que o senhor achou quando expediu os convites?” Ele disse: “Eu achei que era um ônibus de verdade!” Nem o Chefe da Casa Civil sabia que se tratava de uma brincadeira, conforme ele noticiou e transmitiu numa entrevista numa das televisões do Paraná. O repórter continuou: “O que o senhor tem a dizer, agora?” Ele não tinha nada a declarar, não sabia mais nada.

Srs. Parlamentares, no momento em que atravessamos essa crise política, desde Brasília e vem descendo para os municípios, praticamente uma desmoralização das instituições, hoje, vem o Governador do Paraná brincar. Primeiro, o Governador vem brincar com o Parlamento e, agora, pior de tudo, é um ônibus de brincadeira que ele sorteu, na manhã de hoje, e o premiado foi o Deputado Felipe Lucas e, conforme convite oficial, esse ônibus deverá ser entregue para o município da sua base. O que vai acontecer? Onde vamos chegar? Não existe mais respeito!

Entendo que o Governador Roberto Requião foi eleito para governar o Paraná e não para fazer piada. Ora, humoristas nós temos “n” no Brasil, em nível nacional, em nível estadual, temos aqui o Diogo Portugal que é um humorista do próprio Paraná. Vamos ouvi-lo, mas não vamos perder tempo. Em pleno Palácio Iguazu, o Governo do Estado perdendo tempo para bolar brincadeiras.

O Governador do Estado do Paraná já conseguiu aqui na Assembléia Legislativa o que ele queria: uma autorização para que ele possa criar, extinguir e transformar cargos por meio de decreto. O Governador já tem um “cheque em banco” do orçamento - tinha do ano passado e tem deste ano. O que mais ele quer? Não satisfeito com tudo que conseguiu, aqui na Assembléia, brinca com os Parlamentares de sortear um ônibus de brincadeira? Será que não podíamos dizer que Roberto Requião é o Hugo Chávez, porém, sem petróleo?

Acho que esta é a forma que ele procura administrar o estado do Paraná: não precisa do Poder Legislativo; faz gozação com o Poder Legislativo; brinca com o Parlamento; administra por decreto, por meio dos atos que a Assembléia lhe deu os poderes para transformar, extinguir e criar novos cargos. Esse é um homem democrata?

Já que ele é tão amigo do Hugo Chávez, eu diria: Roberto Requião talvez seja o Hugo Chávez, porém sem petróleo.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Estou entrando com um requerimento, hoje, cumprimentando o Deputado Rubens Bueno e o PPS. Votos de congratulações ao Deputado Rubens Bueno e ao PPS pelo ônibus que eles ganharam.

Obrigado, Deputado!

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Deputado Jocelito, acho que temos que ter responsabilidade. Eu não aceito esse tipo de brincadeira. Se o Governador está brincando com o Parlamento, nós aqui do Parlamento não podemos brincar com partidos legalmente constituídos.

Desculpe, mas não posso aceitar esse tom de brincadeira. Eu não posso aceitar isso! Não aceito esse tipo de brincadeira que V. Exa. quer fazer.

Se Roberto Requião quiser brincar com o povo do Paraná, que brinque; mas nós aqui do Parlamento não podemos aceitar brincadeira, não!

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, é oportuno fazermos aqui uma referência ao seu pronunciamento e uma consideração com relação a essa ironia do Governador Roberto Requião com os Srs. Deputados. Realmente

entendo ser uma grande ironia. Mas quem sabe seja essa a forma de contemplar os Srs. Deputados no atendimento àquilo que ele não vem cumprindo com seus companheiros políticos no interior do Paraná, porque hoje pela manhã e ontem eu ouvi aqui, na posse do novo Presidente da Associação Paranaense dos Municípios, a grande reclamação ao não cumprimento com o pagamento do transporte escolar.

Quem sabe esse ônibus possa servir como doação do Governador Roberto Requião, como parte do pagamento já antecipado dos recursos do transporte escolar que ele não vem cumprindo. Por isso ele usa dessas artimanhas, para tentar esconder aquilo que ele não faz, aquilo que ele assumiu como compromisso e não cumpre e usa exatamente isso para tentar desvirtuar o curso do seu compromisso político assumido, usando exatamente essas brincadeiras.

Por isso, Deputado Elio Rusch, parabéns pelo seu pronunciamento e volto a dizer aqui que, quem sabe, o ônibus que o Governador sorteia lá na sua “escolinha” é exatamente parte dos compromissos que ele assumiu com os Srs. Deputados para o pagamento do transporte escolar que ele não vem pagando. Quem sabe esse ônibus possa servir para o transporte do Deputado e dos alunos do interior do Paraná.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Além disso tudo, ele fez mais uma brincadeira de mau gosto na “escolinha” hoje de manhã. Eu não assisti, mas fui informado que o Governador, na manhã de hoje, falou o seguinte: que ele iria instituir o troféu Frei Galvão para a imprensa do Paraná que falasse uma coisa boa do governo.

Ora, Srs. Deputados! O Brasil vai receber essa semana a visita de Sua Santidade, o Papa! E o Papa vem para o Brasil para canonizar o Frei Galvão, para depois ser santificado. O Governador brinca com o Frei Galvão, brinca com religião. Ele está dizendo que vai instituir o troféu Frei Galvão para o órgão da imprensa do Paraná que falar bem do seu governo!

Deputado Belinati, tudo tem limite nesta vida. Eu, de sã consciência, nenhum Parlamentar, nem da Situação, nem da Oposição, podem concordar com essas brincadeiras que o Governador do Paraná está fazendo com a sociedade, com a religião, brinca quando o Papa vem para o Brasil - instituir o troféu Frei Galvão e brinca com os Srs. Parlamentares.

Muito obrigado!

Só espero que essas brincadeiras tenham um limite. Nós somos Oposição, mas somos responsáveis pelos nossos atos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário das Lideranças: PT. Com a palavra Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Quero usar o horário da liderança para destacar o brilhante trabalho da Polícia Federal. Nós moramos no oeste do Paraná, temos uma fronteira de águas muito grande pelo lago de Itaipu, represento os municípios de Guaíra, Mercedes, Entre Rios, Marechal Cândido Rondon, cidade do Deputado Elio Rusch, tantos outros municípios, e vejo que a Polícia Federal prende 14 pessoas por comercialização de agrotóxicos ilegais. Existe uma facilitação do contrabando ilegal de agrotóxicos. Muitos produtores, no afã de querer plantar com custo menor, acabam adquirindo esses produtos e, não sei se por ingenuidade, usam esses produtos. E, muitas vezes, esses produtos não funcionam. E aí, o cara vê a fria em que ele entrou.

E, graças ao empenho da Polícia Federal, essas quadrilhas estão caindo e isso é bom para as indústrias que tem os seus produtos legalizados. Isso faz com que seja moralizado esse processo de usar insumos para a agropecuária de forma adequada. A Polícia Federal frequentemente tem prendido o pessoal ligado ao contrabando desses produtos. A operação que foi realizada em Minas, no Paraná - principalmente em Foz do Iguaçu - Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Bahia, Goiás, Distrito Federal, prendeu essas 14 pessoas no estado de Goiás.

Então, Sr. Presidente, vejo que de uns tempos para cá, a Polícia Federal tem conseguido agir com uma isenção absoluta; uma visão, de fato, republicana. As ações começam e vão até o fim.

Veja só os fatos; não só esse dos agrotóxicos. Como é importante o Ministério da Justiça dar autonomia para Polícia Federal. E, de fato, precisa ser assim. Tínhamos impressão que no passado não era assim. Nós tivemos o Ministro Tomás Bastos, que foi o primeiro Ministro do governo Lula. O Lula não queria que ele saísse. Vi o testemunho do Ministro Tomás Bastos dizendo o seguinte: “Nunca me pediram nada para interceder se fosse um petista, do PFL ou alguém que estava na mira da Polícia Federal”.

Então, vejam só o sentimento de nação que se cria dentro de uma corporação como essa. A própria corporação, quantos Policiais Federais já não prenderam nos últimos tempos? Pena que não tenho esses dados em mãos, mas, vou buscar quantas prisões foram feitas em articulações com as Polícias Cíveis e Militares dos estados e de quanto está tendo mais eficácia o combate ao crime organizado neste país.

Não tenho dúvidas que estamos avançando. Está mais difícil, Deputado Belinati, fazer falcaturas neste país. As pessoas estão sentindo isso. O país com uma Polícia Federal que foi reestruturada, aumentou-se o efetivo, deu-se mais capacidade de inteligência e trabalho a eles e o resultado está chegando aí.

Fico muito feliz sendo brasileiro, ter nascido aqui no Paraná e ouvir testemunho que recentemente fiz uma visita a um policial federal, e ele me dizia do orgulho e do sentimento que eles conquistaram novamente na corporação, sendo que eles podem agir com autonomia, tudo aquilo que começam vai até o fim, com ações inteligentes que deflagram, vão à raiz dos problemas. Isso dá satisfação para muitos brasileiros e brasileiras e naturalmente para nós.

Eu que sou Deputado de governo a nível federal, saber que o Presidente Lula deu autonomia para o seu ex-Ministro da Justiça que era o Tomás Bastos e agora para o Tarso Genro, e a Polícia Federal pode agir com a grandeza que é merecida, fazendo com que este país consiga avançar no combate ao crime organizado com mais eficiência.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Augustinho Zucchi, nobres Deputadas Luciana e Cida Borghetti, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Ontem, o BRADESCO, uma grande instituição bancária, uma das maiores do mundo, começou o seu império na cidade paulista de Marília, divulgou o lucro que a instituição teve nos últimos 3 meses no Brasil - não são 3 anos e nem 30 anos - tirando tudo, tudo, tudo, que eles tinham que pagar, mordomia de Diretores, fazendas, aviões, jatos etc., ainda assim teve um lucro assombroso de R\$ 1 bilhão e 700 milhões. Por isso disseram aqui e é verdade: isso é que é ganhar dinheiro! E o povo "pendurado" no agiota, na financeira, gente penhorando anel na Caixa Econômica.

Quem se espantou com o lucro do BRADESCO, deve ter se espantado ainda mais, porque hoje saiu o balanço do Banco Itaú. O lucro do trimestre do Banco Itaú bateu, foi maior que o lucro do BRADESCO. O BRADESCO com um lucro assustador e arrasador de R\$ 1 bilhão e 700 milhões. O Itaú, que comprou o BANESTADO, com um lucro maior: R\$ 1 bilhão e 900 milhões, quase 2 bilhões de lucro, em apenas 3 meses.

O povo, o cliente do BRADESCO? O cliente do Itaú? Será que eles estão também com o bolso cheio de dinheiro? Devem estar cheios de remédio em casa, para poderem dormir, depressivos. O banco executa a dívida e eles perdem sua casa, toma o carro, a geladeira, o fogão, o que a pessoa tiver. Não tem nenhum sentimento de humanidade para com o cliente. O coração dos banqueiros deve ser de aço, porque eles não se sensibilizam com a dor, o sofrimento e a desgraça. Pessoas que destruíram a sua saúde, porque contraíram dívidas no banco. A

dívida contraída nesses bancos, que era pequena, chegou em um determinado momento que ficou impagável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, e o governo? o governo não está nem aí! O governo financiado pelos banqueiros! O Presidente recebeu muito dinheiro na sua campanha desses banqueiros. Agora, tem que dar o troco, deixar os bancos tomarem o dinheiro do povo, para compensar o que eles colocaram na campanha política. "Ferro" no coitado de povo!

Concedo um aparte, com muita honra, ao nosso eterno Prefeito e nobre Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Obrigado, Deputado Belinati.

V.Exa levanta a questão mais importante e mais preocupante neste momento. Eu li, hoje de manhã, acho que na Folha de São Paulo - esse lucro imoral dos bancos BRADESCO e Itaú. Esses 2 bancos, em um trimestre.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Três milhões e 600 milhões de lucro dos 2 bancos.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Em um ano, imagine Deputado, vai dar cerca de 15 bilhões - esses dois bancos. É por isso que falta dinheiro para as penitenciárias, para dar segurança ao povo, para a saúde. Está se enxugando tudo, como o senhor falou. Como é que fica o povo brasileiro?...E o Banco Central em um total silêncio, como se isso fosse uma coisa normal. É a maior imoralidade da história deste país o que os bancos estão fazendo hoje com o povo brasileiro. E não sei se a Câmara Federal, o Congresso Nacional, estão se manifestando diante dessa situação tão gravíssima, que estão tomando de forma legal, embora seja imoral. Legal porque o Banco Central autoriza a roubar, a tirar o dinheiro do povo.

V. Exa. está de parabéns pelo seu pronunciamento, não tem como ficarmos em silêncio diante dessa gravidade.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, nobre Deputado Dobrandino. É uma honra o depoimento de V. Exa.

Agora vai aqui uma pergunta: e o Congresso Nacional o que está fazendo para proibir, ou coibir, ou diminuir, esse assalto dos banqueiros no bolso do sofrido povo brasileiro? Não está fazendo nada, porque, segundo o relatório, nobre Deputado Douglas, segundo a prestação de contas que está na internet, do Tribunal Superior Eleitoral, muitos congressistas que estão em Brasília e que deveriam estar fiscalizando os bancos receberam fortunas, receberam dinheiro, receberam financiamento de campanha. Então, eles estão lá agora e têm que fingir, disfarçar que não estão notando nada. Para esses Deputados que foram financiados, que se elegeram graças ao dinheiro imoral, como disse o Deputado Dobrandino, dos banqueiros, hoje eles têm que ficar acendendo vela para o

Diabo. Eles não estão defendendo o povo, porque foram financiados pelos banqueiros.

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Belinati, parabéns a V. Exa. pela sua exposição e também pela sua posição mostrando ao povo do Paraná e do Brasil o imenso lucro dos banqueiros frente a este país, porque estamos em um país em desenvolvimento e que tanto precisa do microcrédito, tanto precisa de apoio à produção, ao processo produtivo, para a geração de empregos, para a distribuição de renda em nosso país. Só para pegar um número, acompanhando o raciocínio do Deputado Dobrandino, ele falou que só de 2 bancos chega a R\$ 12 bilhões, aproximadamente, o lucro dos bancos ao ano. Se somar os demais bancos, vai passar dos 18 bilhões. O orçamento de todo o estado do Paraná que o governo tem para investir em saúde pública, em educação, em todas as áreas, chega a um pouco mais de R\$ 18 bilhões, ou seja, o lucro de, praticamente, 2 bancos chega a ser o orçamento do estado do Paraná. Realmente, essa é uma situação muito preocupante e que o povo do Paraná e o povo do Brasil precisam muito que o Congresso Nacional aja em favor do povo!

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Fico extremamente honrado com o pronunciamento do brilhante Deputado Douglas Fabrício.

E voltando a enfatizar o que eu já havia afirmado anteriormente, não é discurso político, Deputado Douglas Fabrício, mas eu sei de casos, em minha região, de empresário que emprestou dinheiro do banco e depois se jogou embaixo do trem, tirou a vida porque não conseguia pagar a dívida; empresário, que enforcado com a dívida do banco, se jogou no mar, se suicidou, porque não podia pagar a dívida. Nós teríamos aqui inúmeros casos de famílias que perderam o seu chefe maior, porque a dívida do banco ficou insuportável, e para não falar nos brasileiros e brasileiras que se enterram em dívida no banco. Teve caso até de funcionário da Universidade de Londrina que se enforcou em uma árvore, no *campus* da universidade, porque estava impagável a dívida que ele contraiu no banco. Contrata uma dívida pequena, ele vai sendo comido, destruído pelo pesado juro bancário. Para mim, esse juro bancário chega a ser pior até que uma agiotagem.

Então, a nossa esperança é que chegue um dia em que seja até proibido, deveria ser proibido banqueiro financiar campanhas de Deputado, de Senador, e de político, porque o Deputado é eleito para trabalhar para o povo e não para os banqueiros, porque os banqueiros trabalham contra os interesses da população brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, fica aqui a nossa tristeza. O Itaú é um grande banco? Sim. Já dei carona em meu carro para o Olavo Setúbal, que era o dono do banco. O

BRADESCO tem vários diretores do norte do Paraná que ocupam altos cargos no BRADESCO em nível nacional, mas nem isto nos tira o entusiasmo de, ao invés de ficar ao lado dessa política maldita, desumana dos banqueiros, dessa política que tem aí a negligência do governo federal que nada faz para coibir esses abusos dos banqueiros, eu fico ao lado da nossa sofrida população brasileira que a cada dia está mais empobrecida.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

(Faz chamamento dos partidos no Horário das Lideranças).

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Pela Ordem)

Apenas queremos justificar a ausência do Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, uma vez que ele se encontra enlutado pela perda da sua tia, Elza Ravanello, ocorrido no dia de ontem na cidade de Bituruna.

Por esta razão o Deputado Valdir Rossoni não está aqui, tanto é que eu fiz um comunicado oficial aqui na Mesa e na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado e as condolências de toda a Casa ao Deputado Valdir Rossoni.

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Liderança do PSB: Deputado Reni Pereira

O SR. RENI PEREIRA

Deputado Augustinho Zucchi, Deputada Cida Borghetti, Deputada Luciana Rafagnin, respectivamente 1ª e 2ª Secretárias neste momento, demais Deputados.

Em nome do nosso bloco constituído pelo Deputado Francisco Noroeste, Edson Praczyk, Luciana Rafagnin e do Deputado Fernando Ribas Carli Filho, que se encontra em Brasília, não poderia me furtar de elogiar duas pessoas, dois Parlamentares - um, nosso companheiro nesta Casa e outro que representa o estado do Paraná lá em Brasília, que é o Senador Flávio Arns.

Eu gostaria que o Deputado Elton Welter, que é o Líder do PT nesta Casa, estendesse os cumprimentos ao Senador Flávio Arns pelo seu posicionamento em relação a negligência do estado do Paraná em fornecer remédios especiais a pessoas que precisam. Ele foi muito corajoso na sua postura e foi muito eficiente no seu papel de representante do povo paranaense quando não digeriu o argumento do Governo do Estado que haveria uma nova normativa do Ministério da Saúde. Ele foi atrás no Ministério da Saúde, não existe nada de novo, e teve a coragem de apontar que o Governo do Estado do Paraná está cometendo um homicídio coletivo e vai ser responsabilizado por milhares de mortes que vão ocorrer, fatalmente, no Paraná pela falta de remédios especiais.

Em relação a postura, ao papel do Parlamentar, o Deputado Marcelo Rangel que fez uma denúncia, foi atrás, buscou documentos, esta Casa apoiou e ontem ele apresentou ao Paraná e a este Parlamento estes documentos. É este o papel do Parlamento.

E gostaria também de cumprimentar o Presidente da Comissão de Segurança, o Deputado Mauro Moraes, que foi muito solícito quando a Deputada Rosane Ferreira queria apresentar um projeto no sentido de buscar um batalhão metropolitano na região metropolitana, mais especificamente na cidade de Araucária e ele, o Deputado Mauro Moraes, pelo caminho mais eficiente, através da Comissão de Segurança desta Casa, está fazendo uma audiência pública na cidade para que possamos ouvir as autoridades.

E quero neste momento dizer que nos interessa muito, interessa a mim, ao Deputado Dobrandino, ao Deputado Chico Noroeste, que somos de Foz do Iguaçu, entender o porquê dos índices de violência na cidade de Araucária, já que é uma cidade conhecidamente, que tem a maior renda *per capita* do Paraná. Em Foz do Iguaçu, sabemos os motivos, com certeza não vamos aqui fazer uma batalha política. Até quero dizer ao Deputado Dobrandino que foi respeitado e indicou o Diretor do IML e os índices de Foz do Iguaçu com certeza são alarmantes pela falta de oportunidade de trabalho e nisto nós nunca discordamos e estamos buscando saídas juntos e quero dizer que se em alguns aspectos, infelizmente no IAP, o Deputado Dobrandino não teve a voz, não vamos fazer um julgamento preconceituoso, mas tomara que eu não tenha que me somar com o Deputado Dobrandino daqui uns dias para cobrar eficiência junto àquele órgão ambiental.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Deputado Reni, V. Exa. cumprimenta alguns Deputados aqui pelas suas performances como Deputados.

Queria perguntar a V. Exa., que recentemente fez uma denúncia muito mais grave do que esta das publicidades. E como sei que V. Exa. é um dos maiores conhecedores de orçamentos, até porque faz parte da receita - vi V. Exa. naquele dia da Sessão Pública cobrar do governo aquela questão do orçamento que foi montado, um orçamento que não é o que é verdade, foi camuflado para chegar aos índices - queria perguntar a V. Exa., que é um estudioso, em que pé está aquela questão do orçamento, que segundo V. Exa. não está correto, o governo não prestou contas ainda, até porque tem uma Sessão Pública, já passou o prazo? Queria perguntar como ficou aquela questão do orçamento que foi feito de forma a deixar dúvida a todos nós Parlamentares?

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Deputado Jocelito, a resposta foi dada pelo próprio Governo do Estado, quando afirmou e foi viajar e não conseguiu o dinheiro, que já tinha lançado com dinheiro

em caixa. Estamos aguardando para não fazermos nenhuma denúncia vazia, a prestação de contas do 1º quadrimestre, quando, com certeza, vamos apurar que aqueles restos a pagar que deveriam ter sido cancelados e não foram, foram pagos com o orçamento deste ano.

Portanto, não é só irregularidade da engenharia para fechar o orçamento do ano passado, também vai furar o orçamento deste ano. Estamos aguardando o momento oportuno, que é a Audiência Pública, para que a Secretaria da Fazenda preste esclarecimento ao Poder Legislativo.

O Sr. Mauro Moraes (PMDB) (Aparte)

Quero agradecer as palavras com referência a Comissão de Segurança, Deputado Reni, e dizer que vamos fazer uma verdadeira cruzada contra a violência no Paraná. Hoje há uma inversão de valores: o cidadão de bem fica trancado em casa, enquanto os marginais estão transitando livremente pelas ruas, sentados nos bancos das calçadas, nas praças e Curitiba e o Paraná não pode se transformar em um estado igual ao Rio de Janeiro e São Paulo.

Já tem 4 simpósios marcados e o primeiro vai ser em Araucária, depois Piraquara, depois Colombo e depois em Curitiba, quem sabe com a participação do Ministro da Justiça da Itália, o homem responsável pela Operação Mãos Limpas.

Então, não vamos cruzar os braços porque não podemos perder, o Paraná não pode perder nem para a violência e muito menos para a falta de competência. Temos que agir, a população não pode esperar, a população está desesperada e estaremos hoje na cidade de Araucária, com muito orgulho, lutando por mais segurança no nosso estado. Vamos solicitar também ao Governador Roberto Requião um aumento de verbas para ser investido na Secretaria de Segurança, porque ele fala que tem "X" e na realidade é para o pagamento de funcionários. Quero saber de verbas para investimentos na segurança, compra de armas, munições, para que possamos aumentar o número de viaturas para as Polícias Militar e Civil, para que possamos aumentar o efetivo da Polícia Militar, que está defasada em 4 mil homens.

Então, são essas as nossas reivindicações ao Governador. E estaremos juntos hoje no 1º Simpósio da Comissão de Segurança.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado pelo aparte.

Gostaria de convidar a todos os Deputados, sejam eles da região metropolitana, sejam eles de qualquer região do estado, porque a questão da segurança é um dos clamores maiores da população para com os seus representantes.

Então, como falei anteriormente, a nós da região de Foz do Iguaçu interessa saber por que Araucária também tem um índice tão grande de violência. E com certeza tenho plena convicção que com relação aos

Deputados da região de Maringá, de Ponta Grossa, de Cascavel, também deva interessar essa questão da violência, porque a violência tem alguns fundamentos na falta de oportunidade, mas acima de tudo a política de segurança do estado pode coibir, e muito. E acho que é o nosso papel cobrar o que está se investindo de fato, não o que é pagamento de soldado.

A Sra. Rosane Ferreira (PV) (Aparte)

Primeiramente, queria agradecer não só as suas palavras, como as do Deputado Mauro Moraes, mas toda a Casa, por ter aprovado a nossa proposição e a nossa indicação com relação a criação de um novo batalhão que divide as responsabilidades com o 17º Batalhão, que hoje cuida de toda a região metropolitana.

Naquela época, o que usei como argumento, Deputado, era a questão daquela pesquisa, da Organização dos Estados dos Países Ibero-Americanos, onde colocando os 586 municípios mais violentos do Brasil, 6 são da região metropolitana de Curitiba.

Então, temos um trabalho árduo a fazer, sempre lembrando que a nossa visão, que a segurança não é um dever do estado unicamente, a segurança começa quando nós, mulheres, engravidamos. Temos que pensar na questão da segurança, como criamos os nossos filhos, como organizamos as nossas famílias, que lar estou preparando. Então, a família é muito importante. A segurança e a violência começam na questão da escola, não tenho dúvida disso, numa escola preparada com profissionais devidamente remunerados e qualificados para exercer e assim por diante, porque os municípios muitas vezes dizem: “Não, segurança é um dever do estado. É polícia e de preferência carro blindado na rua.” Não é verdade! Quando o estado tem que intervir é porque todos os outros sistemas já faliram: família, fé, educação, e uma série de outras coisas.

Quero agradecer a oportunidade. Fé! Deus, Deputado, Deus nas nossas vidas. Não tenho dúvida disso. Agradeço, novamente ao Mauro Moraes que está indo lá conosco. Vamos começar a discutir com a sociedade o papel de todos para parar essa questão da violência ou pelo menos diminuir.

Obrigada.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Gostaria só de lembrar a esta Casa, aos Deputados, que essa pesquisa que a Deputada citou, infelizmente, colocou Foz do Iguaçu como a primeira no ranking de homicídios infanto-juvenis. Isso, por si só, com certeza não justifica, mas contribui para que Foz do Iguaçu, hoje, tenha aproximadamente a metade dos turistas internacionais que visitavam a nossa cidade há menos de 5 anos atrás.

Com certeza, a falta de segurança afasta investimento e afasta tantas outras alternativas do Paraná como um todo. A partir do momento que conseguirmos debater a segurança como um todo no Paraná, estaremos defendendo as nossas regiões também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário das Lideranças: Bloco PPS/PMN.
Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso esta tribuna nesta tarde, para falar sobre mais um capítulo da novela SANEPAR. Para isso quero parabenizar, inicialmente, o Deputado Mauro Moraes e o Deputado Edgar Bueno.

O Deputado Edgar Bueno relatou na CCJ, nesta tarde, um projeto do Deputado Mauro Moraes para a redução da tão falada e famigerada taxa de esgoto, que é 80% sobre a população paranaense. O Deputado Edgar Bueno relatou pela constitucionalidade, teve o voto quase da totalidade dos Deputados presentes, favorecendo então o povo do Paraná.

Deputado Mauro Moraes, gostaria já de adiantar a V. Exa. que vou propor uma emenda de Plenário, para que a taxa de esgoto não seja só de 40%, seja de 1%. Se é constitucional o seu projeto, parabéns. O povo faz muito tempo que espera que essa taxa de esgoto seja reduzida, porque é muito alto o valor dessa taxa. Nós vimos, aliás, dia desses, que estiveram aqui, o Presidente da SANEPAR e o Presidente do Conselho, falando que foram até parabenizados pelo grande lucro que a SANEPAR auferiu nos últimos anos. E esse lucro nós pudemos perceber também e não ficou bem esclarecido naquele dia com conversas dos 2 Presidentes sobre a questão da PAVIBRAS.

Acho que precisamos conversar mais sobre esse assunto, ouvir mais pessoas.

O Sr. Mauro Moraes (PMDB) (Aparte)

Agradeço de coração as elogiosas palavras formuladas em favor do nosso projeto e dizer que a população não suporta mais pagar o consumo de água e esgoto. Oitenta por cento do valor da água é cobrado com esgoto. Se você gasta R\$ 100 de água, tem que pagar R\$ 180. E hoje a votação foi quase por unanimidade. Nós tivemos apenas 1 voto contrário. Tenho certeza que esse projeto virá para que todos os Deputados votem. Hoje a votação é aberta, não temos mais votação secreta. Esse projeto vai ser aprovado nesta Casa e se o Governador vetar, tenho certeza que esta Casa irá derrubar o veto e vai beneficiar milhões de paranaenses que não suportam mais arcar com essa despesa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Esse projeto de V. Exa. faz parte da base de apoio do governo aqui nesta Casa, tem votado sempre os projetos a favor do governo e tenho certeza que o governo vai

aprovar o seu projeto e que a Casa, tenho certeza, irá aprovar e será melhor para a população paranaense.

Espero também que o Congresso Nacional, como disse o Deputado Belinati, possa também discutir o lucro exorbitante que os bancos estão tendo, para que possamos ser Deputados que lutam em favor da população. Esse projeto reduzido a taxa de esgoto é uma vitória de V. Exa.

Tenho certeza que vai ser uma vitória do povo do Paraná!

Era isso, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Liderança do Governo.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Estava conversando com professor Lemos e gostaria de exercer o Horário do Governo. Professor Lemos que, aliás, poderemos vê-lo em breve integrando esta Casa, afinal de contas, ele é o primeiro a assumir uma cadeira na Bancada do PT. Mas queria, Sr. Presidente, dizer que ouvi aqui as palavras do Deputado Elio Rusch e, Deputado, eu dizia já desde a semana passada o que iria acontecer hoje.

Foi quase uma semana por conta dessa discussão, desse sorteio. Será que na semana que vem tem sorteio e aí a discussão fica? Qual é o brinde da semana que vem? Na verdade, temos que reconhecer que a política a cada dia se torna mais árida, percebo aqui nesta Casa, há uma evidente dificuldade e muitas vezes os Parlamentares, ao exporem seus pontos de vista de uma forma que seja uma crítica fundamentada, possamos avançar, evoluir uma política pública.

Ouvi as palavras do Deputado Elio Rusch e me permito, Elio, meu amigo de tantos anos, mantenho uma relação tão afetiva, é o estilo dele, ele é contundente quando fala. É com o coração que fala, com emoção, respeito muito isso. Ouvi as palavras do Deputado Reni Pereira, ele conhece, todos conhecem, falava aqui com o nosso ex-Prefeito de Foz do Iguaçu, Deputado Estadual e ex-Líder do Governo, ex-Presidente do nosso partido. Foz do Iguaçu, seguramente, é a cidade mais fiscalizada e policiada do nosso estado, acho que do Brasil, na proporção. Ou seja, temos lá todo tipo de polícia e numa grande quantidade.

Então, reconheçamos que esta questão da violência é uma questão mais ampla. Concordo com suas observações, Deputada Rosane. Se não houver, neste país, um grande pacto que envolva governo e sociedade civil organizada e a sociedade como um todo, quanto à participação popular, e aí eu sempre tenho dito, Pastor Praczyk, as igrejas de todas as confissões exercem um grande papel neste processo, porque a relação de sentimento que as pessoas têm quando participam de uma comunidade, é

extremamente importante até para estruturar a família nos valores e virtudes que a fé e que a fé cristã, especialmente, mas diria que todos os tipos de crenças no Ente superior, possam efetivamente modificar nossa realidade.

O duro é falarmos as coisas a sério com o Waldyr Pugliesi. É impossível, há que se reconhecer. Mas, todos viram a pesquisa na Folha de São Paulo: 97% das pessoas acreditam em Deus, Deputado Waldyr Pugliesi; 2% são agnósticas; e 1% são ateus. Apenas 1%. E esta semana, inclusive, vamos receber a visita de Sua Santidade o Papa Bento XVI.

Mas, eu queria dizer que esta questão da violência é uma questão ampla, complexa. E se não houver um grande pacto feito entre governo e sociedade, efetivamente nós, por mais que possamos investir no efetivo policial, no aparelhamento das polícias, como tem sido feito aliás pelo nosso governo, dificilmente vamos conseguir ter uma sociedade melhor. E digo não agora, no futuro, porque de fato a grande preocupação é em função até do processo de exclusão social no qual vivemos e sofremos, e das profundas desigualdades sociais. Embora, há que se reconhecer que estamos experimentando um período de crescimento econômico, sustentável, por conta da boa gestão que faz o Presidente Lula no nosso país. E como eu disse aqui outro dia: os apóstolos do caos que diziam que nós viveríamos os piores anos, estão aí vindo: 4 anos e 4 meses do governo Lula, o país avançou muito, continua avançado e seguramente daqui a 4 anos vamos estar muito melhor do que estamos hoje.

Agora, há que se reconhecer que os temas, como têm sido tratados, muitas vezes talvez sem o aprofundamento, sem uma discussão técnica, é muito difícil que possamos avançar. Eu ouvi há pouco o Deputado Douglas Fabrício, da tribuna, falar sobre a famosa taxa do esgoto. Ora! Quem conhece um sistema de tratamento e coleta de esgoto, um sistema de tratamento e coleta de água, sabe o seguinte: os estudos hidrológicos demonstram que a água tratada, 80% dela resta a água servida. Por isso é que a taxa de esgoto é de 80%. É um estudo técnico feito do que resulta. Da mesma forma que temos uma estação de tratamento de água e toda uma rede de adução, que leva até cada uma das moradias a água tratada; esta água é coletada também por uma rede e vai levar ou pelo menos deveria, 100%, ou pelo menos 65% dos índices da Organização Mundial de Saúde. Esta água vai ter que ser coletada e vai ter que ser tratada de forma biológica, em estações que são mais caras que as estações de tratamento de água.

Então, tem toda uma lógica que fundamenta. Se você reduzir a taxa da coleta de esgoto, vai ter que aumentar o custo da água tratada. Por conta que é, efetivamente, um sistema de repartição direta em relação ao custo por conta das composições tarifárias.

Então, quero dizer que as discussões travadas são importantes, mas temos que reconhecer que para a discussão não ser vazia, demagógica, tem que estar funda-

mentada numa lógica que é como funciona determinada execução de uma política pública ou de formulação dela.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, penso que esta Casa deve, sim, vou voltar a falar, hoje o Deputado Rossoni não está aqui conosco por conta do falecimento de uma tia, mas penso que devemos tentar estabelecer um debate qualificado neste Plenário, sobre as políticas públicas que envolvem, que estruturam a nossa sociedade. Discutir as políticas da área da segurança, da saúde, da educação, de transportes e de moradia são temas que estruturam a vida das pessoas. Por isso que deixo este meu apelo.

Quero, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, terminar por recordar que hoje faz aniversário, 40 anos de vida, o nosso colega Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo da Silva, que é um grande amigo de todos nós. Fica aqui, Cleiton, meus parabéns pelo seu aniversário. Deputado Kielse está aqui trabalhando e é merecedor do nosso respeito pelo compromisso que tem com as comunidades que representa. Cleiton, meus parabéns pelo seu aniversário! Que você seja muito feliz!

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, só vou relatar a ata da reunião que tivemos, antes da Sessão, da Comissão de Comunicação: “Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. 1ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura, Ata da 5ª Reunião Ordinária”. Nós avaliamos vários projetos e eu passo ao último parágrafo, que fala assim: “...passando em seguida para a discussão e votação da proposta de convocação do Sr. Secretário Airton Pissetti, Secretário de Estado da Comunicação Social, para comparecer a esta Casa de Leis. Colocada em votação, a convocação foi aprovada. Apenas um Deputado se absteve. Nada mais havendo a tratar.” Está assinada a ata da Sessão da Comissão de Comunicação. Nós fizemos, realmente, um pedido de convocação do Secretário Airton Pissetti.

Só quero passar o parágrafo do Regimento Interno que fala sobre as prerrogativas das Comissões Permanentes: “Em razão da matéria de sua competência e as demais comissões no que lhes for aplicável, cabe discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas, sujeitas à deliberação do Plenário; realizar audiências públicas com entidades da sociedade; convocar Secretários de Estado e outras autoridades para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado ou conceder-lhe audiência para expor assunto de sua competência.”

Quero, assim como tenho certeza a grande maioria dos Parlamentares aqui desta Casa, que o Secretário Airton Pissetti venha aqui para explicar quais foram os critérios técnicos utilizados para aplicação dos recursos públicos em comunicação social, em publicidade no estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Qual é a questão de ordem de V. Exa?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Só estou comunicando que, realmente, o Secretário foi convocado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. faz um comunicado, portanto. Muito bem.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Preciso manifestar, Sr. Presidente, que faço parte dessa Comissão, eu fiz parte, e preciso dizer que não foi isso que foi tratado na Comissão. Eu estava na Comissão e foi proposto um convite para o Secretário Pissetti. Quando disseram convite não havia nenhum problema, eles iriam marcar a data. Depois que eu saí, fiquei magoado com isso, diz que foi transformado em convocação. Não foi isso que foi combinado entre nós e o caráter tem que permanecer. Você tem palavra, você tem posição, tem ética ou eu saio da comissão. Foi proposto um convite ao Secretário e não convocação!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

O senhor está propondo que se transforme de convocação para convite?

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Estou propondo, não! Foi combinado um convite.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O Plenário obviamente que tem interesse na discussão, mas não cabe ao Plenário discutir uma deliberação *interna corporis* da comissão.

Sugiro a V. Exa., Deputado Marcelo Rangel, que reúna a comissão e trate desse assunto porque não vamos aqui no Plenário discutir um assunto que é de competência exclusiva da comissão.

Pela ordem, Deputado Artagão.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Gostaria de fazer uma solicitação de agradecimento, até aproveitando esse assunto que foi colocado. Até esta nova mudança no Regimento, me parecia a única comissão a ter competência para convocação, ser a Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa, de Assuntos Municipais, com autonomia e referendo constitucional.

Até pelo que disse o nobre Deputado Marcelo Rangel, e posso ter ouvido errado, a deliberação da convocação feita na comissão dependeria de uma deliberação em Plenário. Então, a questão de ordem que faço é justamente essa: se a comissão tem autonomia de convocação, uma vez deliberado esse assunto em comissão, ou se depende de uma deliberação em Plenário com essa mudança do Regimento?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Procede a questão de ordem de V. Exa. e passo a ler:

Artigo 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes dentro de 15 dias.

§ 1º Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras: XIII - Convocar Secretários de Estado para prestarem informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições.

Legal é! A Comissão que tem que decidir.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Presidente, conversei com os Líderes da Oposição e o próprio Presidente da Comissão de Comunicação e já ontem dizíamos o seguinte: se for necessário e se for obviamente da opinião dos membros da comissão, encaminharemos favoravelmente para que possamos fazer o convite como foi encaminhado, discutido. A imprensa até me perguntou sobre a possibilidade da vinda do Procurador de Estado Sérgio Botto, a convite. Eu até já disse que sou favorável.

O Presidente, na verdade, peço que haja um consenso da Comissão, que não fique essa controvérsia desnecessária. Que seja transformado em convite e na data oportuna nós convidamos. Podemos tratar esse tema de uma forma que seja produtiva!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Me permitam, vou encerrar o assunto. É um assunto interno da comissão, e que a comissão possa se reunir e deliberar.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Como aconteceu uma interpretação dúbia, realmente, vamos fazer o seguinte: vamos transformar: em vez de convocação é um convite. É claro, se o Secretário não comparecer, como da última vez, aí vamos convocar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 108/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo a indicação para vogal da Junta Comercial do Estado do Paraná o Sr. Hécio Beatrici. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 109/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo que

sejam adotadas providências pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano-SEDU. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 110/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo que sejam adotadas providências pela Paraná Esportes para incluir no calendário de eventos esportivos do estado o Campeonato Inter-regional de Veteranos do Atletismo, realizado em Paranaguá, entre os nipo-brasileiros. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 111/07, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo reformas na Escola Estadual Professor Becker e Silva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 112/07, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo reformas no Colégio Estadual Arthur da Costa e Silva, do município de Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Comissão Executiva, constante do expediente, designando os Srs. Deputados Nereu Moura, Alexandre Curi, Caíto Quintana e Luiz Nishimori, para representar esta Casa de Leis na missão governamental ao Japão, nos dias 17 a 31 de maio de 2007. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 1170, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente, justificando a ausência do Sr. Deputado Valdir Rossoni na presente Sessão Ordinária. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Como havíamos combinado, queria pedir a sua autorização para que fizéssemos a entrega do convite oficial da 30ª Festa do Caqui, de Campina Grande do Sul, onde temos a previsão de termos mais de 300 mil pessoas, neste final de semana. Por isso, eu queria pedir para que a Prefeita, a nossa rainha e as duas princesas pudessem entregar, formalmente, a todos os Deputados e Deputadas. Não é só uma festa cultural, é uma festa dos

agricultores, que agrega quase metade dos municípios do Paraná, neste período de maio.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Gostaria de passar à votação. Acabada a votação, antes dos requerimentos, autorizaremos a entrada.

A Deputada Luciana Rafagnin solicita aos Deputados que pretendem fazer parte da Frente Parlamentar de Defesa da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná, que possam assinar o termo de adesão que se encontra com a Deputada, após a Sessão.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 189/07, de autoria do Poder Judiciário - Ofício nº 228/07-GP, que altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 189/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 263 da Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 263. Fica criado nas comarcas de entrância intermediária o seguinte:

I - ...

XXI - na Comarca de Irati:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.”

Art. 2º Fica alterado o Anexo IV da lei referida no artigo 1º, desmembrando-se o Juízo Único da Comarca de Irati em duas Varas distintas, nos termos do artigo 225, inciso II, da citada Lei 14277/03.

Art. 3º Ficam alterados os Anexos V, VI (tabela 3) e IX (tabelas 1 e 4) da lei referida no artigo 1º, criando-se os seguintes cargos de provimento efetivo:

a) um (1) cargo de Juiz de Direito de Entrância Intermediária;

b) dois (2) cargos de Oficial de Justiça.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 5º esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.05.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
NEY LEPREVOST - Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277/03 Composição do Foro Judicial e Foro Extrajudicial por Comarca Anexo IV	
(3)	IRATI - Comarca de Entrância Intermediária FORO JUDICIAL Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família Juizado Especial Cível e Criminal Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público FORO EXTRAJUDICIAL 1º Tabelionato de Notas, acumulando o 2º Serviço de Registro de Imóveis e o Tabelionato de Protesto de Títulos 2º Tabelionato de Notas 1º Serviço de Registro de Imóveis Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, acumulando, percarriamente, o Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas SERVIÇO DISTRITAL Serviço Distrital de Inácio Martins
	(3) = Juizado Especial Cível e/ou Criminal com Unidade Administrativa Própria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277/03 Magistratura Estadual - Anexo V								
Comarcas/ Foro	Entrância	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substi- tuto	Total
...								
Irati	Intermed.			2			1	3
...								

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277/2003 Cargos do Foro Judicial - Entrância Intermediária Anexo VI - Tabela 3						
Comarca	Escriv. Cível (*)	Escriv. Crim.	Escriv. de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial	Escriv. da Infância e da Juvent.	Oficial de Justiça	Auxiliar de Cartório Criminal
Irati	1	1			4	

Auxiliar de Cartório da Infância e da Juvent.	Comissário de Vigilância da Infância e da Juvent.	Auxiliar Administr. Criminal	Auxiliar Administr da Infância e da Juvent.	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador Judicial e Depositário Público (*)	Agente de Limpeza	Total
Irati		2		1	1	11

(*) Cargos não remunerados pelos Cofres Públicos

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277/2003 Criação e Extinção de Cargos - Anexo IX Cargos da Magistratura Estadual - Tabela 1							
Comarcas	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
Irati			1				1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277/2003 Criação e Extinção de Cargos - Anexo IX Cargos do Foro Judicial por Comarca - Entrância Intermediária - Tabela 4						
Comarca	Escrivania Cível (*)	Escrivania Crim.	Escrivania de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial	Escrivania da Infância e da Juvent.	Oficial de Justiça	Auxiliar de Cartório Criminal
Irati					2	

Auxiliar de Cartório da Infância e da Juvent.	Comissário de Vigilância da Infância e da Juvent.	Auxiliar Administr. Criminal	Auxiliar Administr da Infância e da Juvent.	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador Judicial e Depositário Público (*)	Agente de Limpeza	Total
Irati						2

(*) Cargos não remunerados pelos Cofres Públicos

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/07, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Icaraíma, distrito de Porto Camargo, o imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que institui o Dia do Ouvidor no âmbito do estado do Paraná, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que denomina Professor Moacir Leme da Silva, o Colégio Estadual localizado na Rua Ângelo Vodoy, 470, no bairro Santos Dumont, no município de Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade

pública a Associação Brasileira de Assistência ao Cidadão com Câncer e ao Especial Carente - ABRACCE, com sede e foro no município e comarca de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública estadual, o Centro Educacional Infantil Criança Futuro - CEICF, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública, a Associação Beneficente de Saúde do Noroeste do Paraná - NOROSPAR, com sede e foro no município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/07, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. William Soto Santiago. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 214/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, tem como escopo conceder título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. William Soto Santiago.

Fundamentação

A Lei Estadual nº 13115/01, alterada pela Lei Estadual nº 14677/05, dispõe sobre a concessão de título de Cidadão Honorário:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislação.

§ 2º O partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembléia Legislativa só poderá apresentar 04 (quatro) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislação.

Conforme podemos observar na lei supracitada, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de Cidadão Honorário, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

De acordo com a tal lei, o partido do nobre Deputado não ultrapassou o limite legal de apresentação de projetos de tal natureza, segundo estatística da própria Assembléia Legislativa, dos 8 a que tem direito, deixando clara a legalidade do projeto em questão.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Desta forma, em sede de parecer esta comissão opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Solicito aos Srs. Deputados que permaneçam em seus lugares, para que possam responder à chamada nominal para a votação. Os favoráveis, SIM e os contrários NÃO.

Solicito a Sra. 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti, para que proceda à chamada nominal.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)

(Procede à chamada nominal para a votação)

Quarenta e três Srs. Deputados e Deputadas votaram com a expressão SIM.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Aprovado o projeto, por unanimidade.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218//07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/07, que institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/07, de 04/04/07, Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 218/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de iniciativa do Poder Executivo, visa instituir o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, tendo por objetivo estabelecer o regramento necessário para o cumprimento das ações referentes aos programas de governo estabelecidos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, bem como a avaliação da gestão dos agentes públicos e a correta aplicação das políticas públicas no âmbito da administração direta e indireta, com atividades, estruturas e competências regulamentadas por decreto.

A Mensagem nº 011/07 traz a justificativa do Governador, exposta nos seguintes termos: *O Sistema que se pretende instituir terá por objetivo fundamental estabelecer o regramento necessário ao pleno cumprimento das ações referentes aos programas de governo estabelecidos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, assim como para avaliação da gestão dos agentes públicos e a correta aplicação das políticas públicas, no âmbito da Administração Direta e Indireta, cujo sistema terá estrutura e competência regulamentadas por Decreto.*

As competências constitucionais do Sistema de Controle Interno estão estabelecidas no artigo 74 da Constituição Federal.

A Constituição Estadual do Paraná estabelece, no artigo 74, que os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta estão submetidos ao controle externo da Assembléia Legislativa e ao sistema de controle interno de cada Poder e entidade, no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Por fim, no que compete a esta comissão analisar, o projeto está adequado às normas previstas no artigo 74 da Constituição Federal, artigos 74 e 78 da Constituição Estadual e à Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Diante disso, nosso parecer é favorável ao prosseguimento do projeto em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 218/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela visa instituir o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, que tem como escopo estabelecer o regramento necessário para o cumprimento das ações referentes aos programas de governo estabelecidos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, bem como a avaliação dos agentes públicos e a correta aplicação das políticas públicas no âmbito da administração direta e indireta, com atividades, estrutura e competências regulamentadas por decreto.

Após passagem com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta colenda Casa, esta comissão é chamada a opinar, e, tendo em vista a desnecessidade de apresentação de relatório de impacto financeiro-orçamentário, estando, portanto, nos moldes da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do presente projeto, exarando assim parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 02.05.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 218/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, oriundo da Mensagem do Poder Executivo de nº 011/07, que institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

O presente projeto foi analisado pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, recebendo em ambas parecer favorável.

Chamada a se pronunciar, esta Comissão de Orçamento, por força do Regimento Interno, artigo 33, parágrafo 4º, somos de parecer favorável, pelos seguintes fundamentos.

Trata-se de mensagem governamental que institui, através da criação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, em atendimento aos artigos 74 e 78 da Constituição Estadual, visando criar um regramento - otimização das ações referentes aos programas de governo já estabelecidos no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

O texto legal proposto propiciará aos agentes públicos uma melhor avaliação da gestão dos recursos públicos, bem como a correta aplicação das políticas públicas, seja na administração direta ou indireta, sendo que o sistema ora criado terá sua estrutura organizacional e competências regulamentadas por decreto governamental.

A autonomia do poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim, a definição de critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.07.

(aa) BETI PAVIN - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

Conforme combinado com o Deputado Kielse, vamos solicitar que a Prefeita de Campina Grande e as suas acompanhantes possam entrar no plenário para que sejam entregues os convites para os Srs. Deputados e logo após votaremos os requerimentos.

(Está suspensa a Sessão)

(Está reaberta a presente Sessão)

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1159, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1160, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1164, de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1166, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1168, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1167, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1169, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1172, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Solicito ao autor se é possível encaminhar via Liderança do Governo esse pedido.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito ao autor se retira ou não o requerimento.

Retirado o requerimento.

Requerimento nº 1173, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1174, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1176, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, não tenho conhecimento desse requerimento. V. Exa. pode ler o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

(**Lê requerimento**)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Embora a minha assessoria me contradiga, esse requerimento foi apresentado ontem. Ainda questionei e esse requerimento foi rejeitado ontem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A assessoria da Mesa me informa que foi retirado pelo autor e reapresentado hoje.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Há uma falta de informação de ambos os Deputados. Esse requerimento foi rejeitado ontem, encaminhado ao Governo do Estado. Refiz o mesmo requerimento endereçado ao Tribunal de Contas do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado pela informação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Também agradeço a informação, queria encaminhar no sentido de rejeitar, porque o Parlamentar poderá encaminhar diretamente ao Tribunal de Contas solicitando os dados sem ter necessidade de passar pelo Plenário.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, acho importante que possamos ter essas informações oficiais. Estamos vendo hoje, de novo, nos jornais a questão que envolve o transporte escolar no Paraná. Existe o sofrimento das criancinhas do Estado do Paraná, as nossas crianças estão sofrendo, os nossos Prefeitos estão cometendo erros administrativos que podem ser punidos por improbidade administrativa por parte do Ministério Público, porque cabe ao estado transportar aos alunos, mas devido ao estado não estar fazendo a sua parte com o transporte dos alunos, os Prefeitos, por responsabilidade e não por irresponsabilidade, estão trazendo, levando e buscando os alunos da rede estadual. O que vem a ser um erro administrativo dos Prefeitos e que os Prefeitos não estão recebendo o que é de direito e que o estado do Paraná tem que cumprir com o que determina a lei.

Srs. Deputados, fomos eleitos e juramos aqui nesta Casa, diante do povo do Paraná, diante dos nossos filhos, diante da Constituição deste estado que vamos fiscalizar, que é o principal item da nossa legislatura: fiscalizar. quando deixamos de acolher um pedido de informação que vai ao Tribunal de Contas solicitando o quanto é gasto em transporte, como determina a lei, não podemos rejeitar um requerimento desses. Esse é um requerimento que não condena ninguém, Deputado Romanelli. Será que o governo não está cumprindo com o que determina a lei? O governo tem medo de algo? O governo quer esconder algo que não sabemos? Ninguém está julgando o governo aqui. Queremos apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, saber quanto que o estado deveria ter gastado e quanto, de fato, gastou.

Vejo nos jornais, hoje, os Prefeitos reclamando de novo que não estão recebendo o dinheiro que determina a lei, do que se refere ao ensino do estado do Paraná.

Então, Sr. Presidente, seria uma deslealdade as crianças deste estado, aos Prefeitos, não aprovarmos esse requerimento. Solicito aqui à bancada do PT, Deputado Luizão - V. Exa. que sempre foi um defensor dos requerimentos quando foi Vereador - informaram que V. Exa. sempre foi um proponente de requerimentos para buscar informação. Solicito que aquela veia de Vereador se

transforme na veia de Deputado agora, para que possamos buscar essas informações. Ninguém está incriminando o governo, e governo que não deve não teme.

Mais uma vez chamo a atenção, Sr. Presidente, S. Exa. o Governador Roberto Requião disse daquela tribuna que os Parlamentares ficassem à vontade. Deputado Tadeu Veneri, vou olhar para ver o seu voto, primeiro porque V. Exa. defende a educação; segundo porque V. Exa. foi citado pelo Governador Roberto Requião na posse de 2003 como homem que tem dado contribuição ao Parlamento, como um homem livre, um homem que fiscaliza. Espero que V. Exa., hoje, faça jus àquele pronunciamento do Governador Requião que enalteceu o seu lado fiscalizador, que merece os nossos elogios.

Por isso, peço aos companheiros, vamos ver o quanto foi gasto, vamos dar resposta aos nossos Prefeitos que estão sofrendo, vamos mostrar aos Prefeitos o quanto é que tem de dinheiro, quanto estava previsto de orçamento, quanto foi gasto, quanto estamos devendo. As prefeituras estão sofrendo! Quem já foi Prefeito, Deputado Cheida - quero chamar atenção também de V. Exa. - é importante o seu voto nesta tarde. V. Exa. é um Deputado moderno, dinâmico, Deputado que às vezes é chamado de rebelde, mas V. Exa. já foi Prefeito e sabe que quando governou não recebeu o dinheiro que deveria receber do transporte. No seu período também foi assim. Deputado Dobrandino e demais Deputados que até aqui já foram Prefeitos, vamos aprovar este requerimento. Este requerimento, em momento algum, ataca o governo, apenas quer saber quanto estava previsto, como se comportou o orçamento, quanto foi gasto, se faltaram recursos e por que é que os recursos não estão sendo repassados aos Srs. Prefeitos do interior.

Peço aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome dos Prefeitos que na última eleição foram companheiros de V. Exas. e que lhes ajudaram na campanha, que levaram o nome dos Srs. Deputados com respeito, por serem Deputados livres, abertos e municipalistas. Municipalistas! É o que nós queremos.

Então, Sr. Presidente, peço a V. Exa. e aos demais Deputados, não vamos fugir daquilo que assumimos daquele tablado ali, o tablado colocado pelo cerimonial desta Casa, que não seja tratado como um tablado de circo! Que seja tratado como tablado de juramento, de respeito às coisas do estado do Paraná!

Por isso, Srs. Deputados, peço que desconsiderem o que disse o Líder do Governo, porque um governo que atesta a Carta Del Puebla, um governo que seu Governador, quando Deputado, pediu tudo o que queria nesta Casa, subiu naquela tribuna e disse: "Fiscalizem o meu governo, para eu não errar"!

E hoje, na Ordem do Dia, tem um projeto de lei do governo, que cria um departamento para controlar o governo. Se o governo quer controlar o governo é porque algo não está bem. Srs. Deputados, Roberto Requião subiu naquela tribuna e disse: "Fiscalizem-me, fiquem à

vontade, peçam o que quiserem, meu governo é transparente"!

Sr. Presidente, espero que o Governador Roberto Requião seja transparente. Mas, transparente de verdade, de mostrar os atos do seu governo. E não transparente para transportar os parentes para o governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero manifestar, no meu encaminhamento, que não concordo nunca com as palavras do Deputado Jocelito, dizer que o tablado da Assembléia não é para ser um tablado de circo. Circo pode ser aonde ele imaginar! Eu não me considero desta forma. O voto é livre, de cada Deputado. Não podemos, de forma nenhuma, votar sob palavreado desta maneira. O Deputado se comporte! Tenho regras para votar, tenho meu entendimento e não admito esta colocação!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em votação. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vai se proceder à verificação de votação.

Dezesseis Srs. Deputados votam favoráveis ao requerimento.

Dezenove Srs. Deputados votam contrários.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, votamos contrários a esse requerimento pelo seguinte: o Tribunal de Contas é órgão auxiliar deste Poder e nunca deixei de receber uma informação quando fui pedir pessoalmente ao Tribunal de Contas. Não tem sentido, temos poder para isso!

É isso que quero dizer, Deputado Jocelito. Você vai lá e consegue essas informações a qualquer tempo. Você tem força, não depende de requerimento aprovado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há questão de ordem.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para justificar o meu voto, já que V. Exa. permitiu ao Deputado Welter. Um contra e um a favor. É a lei do Parlamento!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Justificativa de voto deve ser, pelo Regimento, encaminhada por escrito. Então, se ficarmos desse jeito, aqui, não tem como conduzir a Sessão, mas claro aí o

Deputado Elton Welter, como se fosse numa questão de ordem, solicitou para que fosse justificado.

Concedo o mesmo tempo que V. Exa. e vou cortar a palavra de V. Exa. no mesmo tempo que cortei a dele.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, eu queria convidar o Deputado Elton Welter, que votou contra, o Deputado Luizão e o Deputado Pedro Ivo para irmos, depois da Sessão, lá no Tribunal, levar o requerimento, protocolar para que eles possam nos ajudar a entregar as informações.

Agradeço se vocês forem junto comigo. Podem ir junto comigo. Aí, com essa força do PT, com essa força que vem do povo, nós chegamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há questão de ordem a decidir.

Requerimento nº 1177, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 1178 e 1179, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1180, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero encaminhar contrariamente ao pedido formulado pelo Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, V. Exa. acabou de aprovar um requerimento meu, esta Casa aprovou, em que solicito cópia da fita da “escolinha” de Governo, hoje. Hoje pela manhã, não assisti à “escolinha”, mas fui informado por algumas pessoas que, após a “escolinha”, a Rede Globo fez uma entrevista com o Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro, e o mesmo disse, confirmou que fez exatamente aquele bilhetinho, aquele convite aos Deputados. Disse-ram-me, também, que o repórter perguntou a ele o que achava disso e ele, bravo, com aquele seu jeito bravo que o pessoal conhece do Dr. Rafael Iatauro, disse que não acha nada. Estou requisitando. Solicitei à minha assessoria que consiga o clipe para eu ouvir o que disse o nosso Rafael Iatauro.

Sr. Presidente, estou fazendo esse pedido que havia retirado ontem, porque a partir do momento em que o nosso Chefe da Casa Civil admite que fez uma brincadeira - o Governador também admitiu isso na “escolinha”, hoje - e, no momento que o governo usa bens

públicos para brincar, admite que fez uma brincadeira e sorteia um ônibus, nem que seja de brincadeira o sorteio, mas fez um sorteio de algo numa coisa pública, numa TV pública. O Governador fez um sorteio que, mesmo não sendo público o que ele sorteou, ele utilizou-se da estação que é pública e utilizou-se de mecanismos públicos para chamar os Deputados.

O Governador Requião está na função de Governador, não está na função de apresentador de televisão ou de rádio, que pode sortear o que quiser. Ele está na função de chefe mandatário do estado do Paraná. Em função disso, estou requerendo essas informações para junto com a fita que foi aprovada hoje pela TV Educativa, exatamente sabermos quanto custou essa sadia brincadeira do Governador, que tem o direito de brincar, não há dúvida. Acho que o Governante deve brincar para se descontrair, para não ficar daquele jeito que às vezes chamamos de meio stressado. A brincadeira faz parte daquela melhoria da questão social da vida do ser humano. É importante brincar, faz bem, melhora a questão psicológica quando se brinca. Nós brincamos aqui, de vez em quando, no Plenário.

Por isso, Sr. Presidente, peço aos Deputados que aprovem o meu requerimento, em respeito a esta Casa, para que possamos saber quanto custou a brincadeira que começou na Casa Civil, terminou na Escola de Governo e que terminou com um Deputado e um partido nosso recebendo um presente. Só não sei como vai fazer agora o Deputado para entregar o prêmio. O que é o prêmio? O prêmio da Mega-Sena é bom, o prêmio quando se vai numa igreja é bom, o prêmio do bingo é bom; quando você ganha um prêmio que é bacana, que você possa usufruir daquele prêmio, é bom. Até um leitãozinho quando você ganha numa festa é um espetáculo! Você pega o leitãozinho, leva para casa, faz ele assadinho, é uma beleza! Agora, você ganhar um prêmio, um ônibus, será que o Deputado vai pegar o prêmio e levar para a cidade que ele decidir e dar para as crianças? Aí, tudo bem, até pode ser!

Por isso, Sr. Presidente, questão de respeito a este Parlamento, acho que temos de saber quanto custou essa brincadeira. Só para depois dizermos: Governador, parabéns, a brincadeira foi espetacular. O senhor tem um senso de humor maravilhoso! Agora, pôxa, essa brincadeira custou um pouquinho caro ao Paraná. Poderia quem sabe, atender com essa brincadeira, aquela senhora que me ligou hoje de Imbituva, que não tem remédio; aquela senhora de Castro que não tem remédio; aquelas famílias que estão indo ao posto de saúde bater na porta e não têm remédio.

Aí, temos na Secretaria um Secretário que também aprende a brincar com o Governador e não manda remédios para os municípios e as pessoas correm risco de vida. Brincar é sadio. Brincar como se brincou na campanha: *Você é casada? Você trai seu marido? Vou fazer um “crime” de policiais.* E assim por diante. É sadia essa brincadeira. Mas, desde que ela não mate pessoas; que ela não deixe pessoas morrerem por falta de remédios

neste Paraná! Brincadeiras têm limites que devem ser respeitados.

Por isso, peço aos companheiros que aprovelem o meu requerimento para sabermos quanto custou a brincadeira.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente desta Sessão, nobre Deputado Augustinho Zucchi, quero dizer que vou votar a favor do requerimento com pedido de informações apresentado pelo nobre Parlamentar Jocelito Canto porque concordo com ele que é um descaso, uma falta de respeito e um desperdício do dinheiro do contribuinte, o que está acontecendo nesta “escolinha” do Governo do Estado. A TV Educativa é uma TV que pertence ao povo do Paraná. É uma TV patrocinada com o dinheiro dos contribuintes brasileiros e paranaenses, que por sinal estão saturados de tantos e tantos tributos que pagam ao governo federal, aos governos estaduais e aos governos municipais. E, o que está acontecendo na “escolinha” do Governo do Estado é uma verdadeira transformação deste programa que deveria ser para educar, para esclarecer, para informar a população, em um programa de auditório. Mas não um programa de auditório de qualidade como o programa de um Sílvio Santos. Esta “escolinha” está mais para o Programa do Bolinha, em seus piores episódios! A Assembléia Legislativa não pode admitir esse desrespeito que vem sofrendo por parte do Poder Executivo.

Se o Governador quer brincar nas suas horas de lazer, na sua vida privada, é um direito que ele tem. O direito à privacidade está assegurado pela Constituição Federal, mas isso ele faz na sua casa, na sua roda de amigos ou em um restaurante que ele vá. No horário da TV pública, paga com o dinheiro do povo do Paraná, que por sinal uma TV que é caríssima para ser mantida no ar, o Governador não pode brincar com estes Parlamentares, com a Assembléia Legislativa e muito menos com os cidadãos paranaenses, que esperam, sim, Deputado Jocelito, como bem colocou o senhor que o governo tome uma atitude em relação aos problemas graves de violência, de abandono da saúde: os hospitais e as Santas Casas jogados às traças em todo o Paraná.

Eu votarei a favor do seu pedido de informações, Deputado Jocelito.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. FELIPE LUCAS (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Gostaria, em rápidas palavras, de fazer uma resposta ao Deputado Ney Leprevost, que acaba de se pronunciar. Nós, como médicos, temos sentido que parece que a coisa ultrapassou em nível de Assembléia Legislativa do Estado. Parece que aqui todos ficaram mais ou menos curandeiros, médicos e uma série de coisas.

Quando se olha um edifício desses, acho que conhece de estrutura, é o profissional - mas sei que ele tem um certo conhecimento na área de saúde. Deputado Ney Leprevost, a “escolinha” é um lugar onde se discute com Secretários e Chefes de Departamento. O estado tem em torno de 160 mil funcionários. Temos que ser democráticos, mas para chegar aqui e dizer que a saúde do estado está em completo abandono, acho que há uma falta de conhecimento muito grande do Parlamentar e, às vezes, de alguns outros Parlamentares.

Quero dizer de público que temos 5 médicos aqui e às vezes temos ficado constrangidos. Hoje, eu tinha me programado para ir à Ponta Grossa, eu conversei com Cheida e com os outros médicos, Dr. Batista, Dr. Accorsi e outros, mas infelizmente, por uma questão de saúde da minha mãe, tive que mudar. Havia me comprometido depois de ter ouvido tanta coisa, aqui, a respeito de Ponta Grossa e de Santas Casas.

Convivo há 30 e tantos anos como médico, mas após o governo Requião ter assumido o Governo do Estado, as Santas Casas de todo o estado passaram a receber algum valor, que poder ser que não seja substancial, mas tem nos ajudado. A Santa Casa de Irati passou a receber R\$ 60 mil; a de Ponta Grossa, recebe um valor acima, que deve ser em torno de R\$ 100 mil; Hospital de Clínicas, em todas as Santas Casas, principalmente aos hospitais filantrópicos, não havia dinheiro para os consórcios de saúde, que administram os consórcios de saúde onde há os consórcios - praticamente em todo o Estado, há. Há repasses nas regiões de Irati, Ponta Grossa e Londrina, também na Santa Casa de Londrina.

Em todas as áreas precisamos fazer uma construção na área de saúde, senão vamos ficar falando uma série de coisas sem saber. Tem gente que nem sabe o que é UTI. É muito fácil chegar aqui e dizer: “UTI é isso, UTI salva!” Todos somos mortais, senão poderíamos dizer: vamos comprar uma UTI. Vamos sair com uma UTI por aí e não vamos morrer nunca! O Cheida é um expert!

Precisamos ter uma conversa um pouco mais séria, nessa questão de saúde. Está passando um pouco dos limites, aqui na Assembléia. Está se usando isso como um todo. Há uma contrapartida do governo federal e dos governos estaduais e municipais. Todos são responsáveis por seus municípios e suas cidades. Curitiba também não é diferente. Precisamos entender isso como um todo, senão começa a se dizer o seguinte: aquele ônibus - está escrito lá - é uma doação do Sindicato do Transporte Intermunicipal, uma coisa assim, está lá no gabinete para ser visto: vou doar para a Prefeitura Municipal de Irati. Mas, todo mundo daqui sabia que era uma brincadeira ou que era alguma coisa, mas lá na “escolinha” - que vocês dizem “escolinha” - que é uma reunião de governo, tem coisas sérias, principalmente, nós não precisamos olhar se somos Oposição ou somos Situação.

Quando eu fui Vereador em Irati, eu participava da reunião, principalmente da Oposição, para ver como é que era a coisa. Acabamos ganhando a eleição, na época,

com 70% dos votos. Acho que é isso, acho que nós precisamos saber: Oposição ou Situação, nós somos da Assembléia!

Eu não queria fazer aqui, hoje, um motivo de desafo, mas como estou ouvindo tanta coisa, estou ouvindo tanta besteira em relação à área de saúde, é muito chato, parece-me que nós, 5 médicos, estamos passando por uma gozação! É lógico que vocês vão dizer: mas, por que vocês não participaram da comissão? Eu não posso participar, mas também poderiam ter sido convidados, talvez, outros médicos para participar. Era só o que eu queria colocar, mas que possamos aqui vir e colocar o esclarecimento técnico, senão vamos chegar aqui dia após dia, segunda, terça, falando de UTI, falando não sei o quê da saúde.

Vamos construir um Paraná melhor, vamos construir municípios melhores e tudo mais por aí. Acho que a saúde merece respeito, os profissionais, se são médicos, se são funcionários, se são enfermeiros, se são de todas as áreas, e os próprios hospitais merecem respeito.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)
Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Deputado Ney Leprevost, V. Exa. já fez o encaminhamento e pelo regimento só é possível uma vez.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)
Sr. Presidente, o assunto aqui não era a saúde pública, eu estava falando do requerimento do Deputado Jocelito Canto. Eu só quero reiterar que vou votar favorável ao requerimento, assim como sempre o nosso papel é buscar informações, esclarecer, para podermos prestar contas também à comunidade que nos cobra no dia-a-dia. E dizer da insatisfação e do constrangimento que estou sentido, porque ainda há pouco fui abordado pela imprensa dizendo que o meu partido ganhou um ônibus, hoje, de presente.

Estou me sentindo envergonhado de estar sendo colocado como o partido que ganhou o ônibus. Tem até um requerimento, que eu vou pedir para discutir aqui, falando sobre essa questão de partido. Então, virou um motivo de brincadeira essa questão desse ônibus. Eu fico até imaginando que o Felipe Lucas realmente estava feliz com esse ônibus, porque pela defesa que ele fez aqui, ouvi ele falar 3 vezes aqui na Assembléia...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Deputado Romanelli, quero crer que o Deputado Douglas está encaminhando.

(Discussões em plenário)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Só para que possamos ter coerência, eu ouço e aqui, como diz o nosso Presidente Nelson Justus, sou escravo do nosso regimento.

Ouvi os pronunciamentos do Deputado Jocelito, do Deputado Ney Leprevost, que é um verdadeiro pout-pourri sobre temas que não têm, absolutamente, nada a ver com o requerimento. Vem o Deputado Felipe Lucas, que é médico, ex-Prefeito, conhecedor da área da saúde, faz o encaminhamento com um tema, que, na verdade, foi discutido pelos Parlamentares, e aí, o Deputado Douglas Fabrício vem aqui e forma um juízo de valor sobre um tema que não está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Não, está em discussão, aliás, o que não está em discussão é a saúde pública. O que está em discussão, Deputado Romanelli, é o requerimento do Deputado Jocelito Canto, que requer informações ao Chefe da Casa Civil justamente sobre a questão do ônibus, e como é encaminhamento, ele pode formar juízo de valor sobre o fato.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
V. Exa. tem que assegurar que haja aqui nesta Casa a aplicação do princípio da igualdade entre os Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Vou responder à questão de ordem de V. Exa.: quando falou o Deputado Jocelito, não tinha nenhum Deputado contra o requerimento inscrito para falar. Solicitou a palavra o Deputado Ney Leprevost, que fez o seu encaminhamento. Aí, solicitou a palavra o Deputado Felipe Lucas, e agora o Deputado Douglas Fabrício. Então, peço que o Deputado Douglas Fabrício encaminhe, mas sobre o requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)
Sr. Presidente, só para dizer, o lapso da minha memória, mas S. Exa. o Deputado Romanelli já fez o encaminhamento sobre este caso. Ele foi o primeiro Deputado a pedir para votar contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Perfeitamente. Ele fez o encaminhamento contrário. Perfeitamente.
Eu só gostaria de terminar de ouvir o Deputado Douglas Fabrício, por favor.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)
Agradeço, nobre Presidente.
Estamos encaminhando um requerimento, vou votar favoravelmente, e vou repetir, esta brincadeira do ônibus está atingindo os partidos políticos agora, porque tem um requerimento, V. Exa. vai ler daqui a pouco, falando de votos de congratulações a Presidente do partido por causa dessa questão do ônibus.

Eu quero, só para encerrar, não causar polêmica, convidar o Deputado Felipe Lucas, para que vá à minha região conhecer a saúde pública para poder falar melhor

ainda sobre a questão de verbas para as Santas Casas. Lá está faltando dinheiro. Se ele tem conhecimento de outras região que estão com bastante dinheiro, pode nos ajudar lá na nossa região.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Pela Ordem**)

Apenas para responder, já que a Comissão de Saúde foi mencionada pelo nobre Deputado Felipe Lucas e eu fui mencionado pelo Deputado, gostaria de esclarecer, Deputado Felipe Lucas, que com todo respeito que tenho por V. Exa., não concordo com suas palavras.

O trabalho que a Comissão de Saúde desta Casa vem fazendo é um trabalho sério, um trabalho feito com dedicação. Os Deputados têm ido pessoalmente aos hospitais para verificar a situação dos hospitais e não concordo, até usufruindo aqui do direito democrático de discordar da sua pessoa quando o senhor afirma que a saúde no Paraná está em ótimo estado. A impressão que dá é que o senhor não viu os pacientes com Mal de Parkinson aqui na frente da Assembléia, promovendo um verdadeiro show de horrores...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Ney, não há questão de ordem a decidir.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Para concluir, Sr. Presidente, para concluir. Eu acredito que...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, não há questão de ordem formulada pelo...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Ney, não há questão de ordem a decidir.

Vamos a votação do requerimento. Está em votação o requerimento. Solicito aos Srs. Deputados...

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Gostaria de concluir o meu raciocínio, Sr. Presidente, um minuto, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas não há questão de ordem, Deputado Ney.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Em deferência à sua presidência...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu inscrevo V. Exa., com o maior prazer, em Explicações Pessoais. Brilhante orador, Deputado extraordinário, mas entenda o encaminhamento da nossa Sessão através do Regimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, queria me inscrever também em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. está inscrito. Temos até as 23h para ficar aqui e quem sabe possamos até pedir a prorrogação da Sessão.

Em votação o requerimento. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Mesa defere e procederá à verificação de votação.

Deputados favoráveis ao requerimento queiram levantar-se.

Dezessete Srs. Deputados.

Deputados contrários ao requerimento queriam levantar-se.

Vinte e dois votos contrários.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 1181, de autoria dos Srs. Deputados Plauto Miró, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins e demais Srs. Deputados, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1182, de autoria dos Srs. Deputados Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Augustinho Zucchi e demais Srs. Deputados, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu pedi antes para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Eu falei antes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A Mesa solicitou inicialmente a discussão que é o processo normal, regimental.

Requerimento nº 1183, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) **(Pela Ordem)**
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1186, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**
Se V. Exa. pudesse ler o requerimento que ficou adiado para amanhã, para que os Deputados possam ter conhecimento e se preparar para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Não posso mais ler porque já foi votado, foi solicitado para discussão e por isso transferido para amanhã. Amanhã V. Exa. poderá solicitar, que deverá ser lido.

Requerimento nº 1187, de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1189, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO **(Pela Ordem)**
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

A Mesa Executiva da Assembléia, atendendo o disposto do Ato da Comissão Executiva, designa o Deputado Ney Leprevost, Presidente da Comissão de Saúde Pública, nos dias 10 e 11 de maio do corrente ano em visita a instituições hospitalares em Campo Mourão e região atendendo o pedido da Câmara Municipal daquele município, Deputado Douglas Fabrício. Está designado. Solicito à Mesa que sejam feitas as anotações necessárias.

Também designação por parte da Mesa Executiva dos Deputados Nereu Moura, Alexandre Curi, Caíto Quintana e Luiz Nishimori, em missão governamental ao Japão, acompanharão o Governador.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) **(Pela Ordem)**
O primeiro requerimento aprovado por unanimidade hoje. Ele traz à reflexão alguns quesitos que são muito importantes. Sei que tem todo um ritual para que a Mesa encaminhe os requerimentos. Gostaria de solicitar que, em relação a esse requerimento do Deputado Osmar

Bertoldi, em relação à solicitação de informações ao Governador do Estado, que se possível fosse encaminhado para que essa resposta viesse antes da Audiência Pública que teremos aqui, do orçamento.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ney Leprevost, inscrito.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, quero apenas dizer que a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa vem fazendo um trabalho sério. Não é um trabalho com o intuito de desgastar o governo, até porque temos na Comissão de Saúde pessoas que são membros integrantes do próprio governo, como é o caso do Deputado Reinhold Stephanes Júnior que é do PMDB e o Deputado Teruo que é do PMDB.

Temos ido pessoalmente visitar os hospitais. E essas críticas que têm sido feitas ao governo não somos nós que fabricamos. Temos ouvido essas críticas de médicos, de funcionários de hospitais. Estiveram recentemente no meu gabinete servidores da área de saúde. Estamos convocando, inclusive, uma audiência pública para tratar desse assunto, porque os servidores estão sendo altamente penalizados. Se a saúde vai tão bem no Paraná, quero deixar aqui uma pergunta e os Deputados da base de apoio ao governo, por gentileza, que conversem com o Secretário Cláudio Xavier e peçam que ele responda essa pergunta.

Enviei um ofício à Secretaria perguntando ao Secretário cópia da documentação da compra de medicamentos dos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006. E esse ofício já vai fazer aniversário de mais de 30 dias e até agora não foi respondido.

Por que o Governador, se a saúde vai tão bem no estado do Paraná, retirou das mãos do Secretário Cláudio Xavier o poder de comprar medicamentos e centralizou nas suas mãos esse poder?

Na semana retrasada eu li no site do Governo do Estado que foram liberados 18 milhões para a compra de medicamentos. Até arrisquei um elogio ao governo, até afirmei que a coisa parecia estar melhorando, mas no domingo a noite, assistindo a televisão deparei-me com a notícia de que os portadores de fibrose cística, que é uma doença extremamente grave, continuam sem medicamentos no estado do Paraná.

Deputado Felipe Lucas, talvez no seu município, pelo bom relacionamento que o senhor tem com o Governador Roberto Requião, talvez ele esteja dando mais prestígio para os hospitais, ajudando mais os hospitais, mas a realidade aqui em Curitiba, na região metropolitana e em outras regiões do Paraná não é esta, e quando subo a esta tribuna para criticar a saúde pública do

Paraná, não subo com a intenção de desgastar o Governo do Estado e nem a sua base de apoio, até porque não sou inimigo do Governador, mas subo com a intenção de exercer o meu dever e a minha função parlamentar que é cobrar do governo atitudes e iniciativas rápidas para melhorar a saúde.

Sei que a situação é grave em todo o Brasil. Sei que não é só no Paraná, mas nos últimos meses aqui no Paraná a impressão que se tem é de que algo está ocorrendo, é de que o Governo do Estado não está se entendendo em relação a essa área e o Governador Requião, que sempre fez um discurso voltado à área social, precisa se interar mais desse problema, bater a mão na mesa, tomar uma medida enérgica e de uma vez por todas pelo menos demonstrar que está tentando e que está começando a resolver esse problema que é gravíssimo.

Não sou médico como o senhor, mas conheço o problema da saúde de perto, fui Presidente da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas, estou permanentemente trabalhando com o Hospital Erasto Gaertner, na Rede Paranaense de Combate ao Câncer, fui autor do projeto que deu origem aqui em Curitiba a linha de ônibus inter-hospitais que hoje serve a todos os hospitais, inclusive, tenho um grande amigo que é seu cunhado, Jorge Javorski, que me assessorou em muitos desses trabalhos que eu fiz na área da saúde. Não me leve a mal, Deputado Felipe Lucas, o senhor é uma pessoa por quem eu tenho respeito e estima, mas não posso concordar com as críticas que o senhor fez à Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Durante as reuniões da Mesa Executiva da Casa, da qual o Deputado Felipe Lucas faz parte, se recomenda, se pede e se elogia o trabalho das comissões que procuram fazer bem o seu trabalho. A diferença de entendimento não pode se levar por conta da comissão. A comissão tem feito esse trabalho, acho que digno de aplausos desta Casa.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO (Explicações Pessoais)

Hoje quero falar dos requerimentos. Estou aqui com a cópia dos requerimentos. Primeiro requerimento: “Requer envio de pedido de informação ao Chefe da Casa Civil”. O que eu quis fazer. Depois que ouvi o Chefe da Casa Civil afirmar que fez o documento, fez o convite, usou o dinheiro público para uma brincadeira, depois que vi ser sorteado um ônibus na “escolinha”, hoje pela manhã, e a “escolinha” não é nenhum programa de auditório, a “escolinha”, me parece, é uma prestadora de transparência, que se preza a mostrar ao Paraná o que o governo faz. A “escolinha” não é programa de auditório, onde se sorteia brindes. Eu mesmo sortei quando faço programas de auditório. Acho um espetáculo sortear prêmios.

Agora, mesmo que seja prêmio, Sr. Presidente, sortear um ônibus de brinquedo é muita gozação!

Quando estamos em campanha, Deputada Cida Borghetti, V. Exa. que é tão amável, tão querida no interior, quando V. Exa. vai a uma festa da sua igreja católica, chega lá e tem os prêmios: um leitão, um bolo, um cabrito, um frango, uma novilha, tudo para sortear. Aí você compra a rifa ou o bingo e sai de lá com o cabrito, com o boi. Alguns Deputados doam de novo para a comunidade, para ajudar.

Então, na verdade, Sr. Presidente, um prêmio só poder ser doado quando ele pode ser entregue. Eu imagino o meu colega, aqui, o Deputado Felipe Lucas, como vai ser difícil, Deputado. Fico me colocando no seu lugar, como vai ser difícil! V. Exa. foi à “escolinha”, ganhou um prêmio de um convite que V. Exa. recebeu. É para levar o prêmio para casa. V. Exa. recebeu um prêmio. Segundo se sabe, recebeu publicamente, na “escolinha”, um ônibus. E segundo a recomendação de S. Exa. o Chefe da Casa Civil, esse ônibus tem que ser entregue à uma comunidade.

Veja a que papel estamos chegando, Sr. Presidente, que papel estamos chegando! Comparecer a “escolinha” não vejo nada de errado. É bom. Vai lá, eu já fui. Você participa, ouve. Mas, pôxa, não precisa disso! A “escolinha” é a maior atração! Não é o prêmio! Quem é a maior atração da “escolinha”, Sr. Presidente? O “Sílvia Santos” do Paraná, o Governador Requião. O maior comunicador que eu conheço. O Requião, habilidoso como é, um homem formado em várias faculdades: Direito, Jornalismo, na vida, o Governador é inteligente! É um grande artista! Poderia, sim, fazer um programa de auditório, mas, não na TV Educativa! E a grande atração, o Sílvia Santos da “escolinha” é ele! Porque ele é um grande comunicador. Temos que admitir, aqui.

Quem conhece o Requião sabe que quando você fizer a primeira pergunta para ele - qualquer radialista, qualquer jornalista sabe disso - quando você faz a primeira pergunta ao Governador Requião, ele já sabe a resposta da quinta que você vai fazer. Por quê? Porque ele é inteligente, estudioso, ele lê, ele consome livros diariamente, é um expert, é um homem culturalmente avançado, que tem o dom da palavra.

Então, acho que o governo errou ao fazer essa brincadeira. Essa brincadeira cabe em outro lugar. Disse bem o Deputado Ney Leprevost: esta brincadeira cabe em outro lugar, em qualquer churrascada, mas não na TV Educativa do Paraná, não na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Eu gosto, sim, da “escolinha”, acho bacana, mas, a “escolinha” séria, a “escolinha” que vai lá e chama alguém para discutir, mostrar o que o governo está fazendo. Não a “escolinha” do barulho, a “escolinha” do barulho não é boa! Boa é a “escolinha” da transparência. É isso o que nós queremos.

Então, rejeitaram meu requerimento. Que dó que dá! Rejeitar um requerimento para saber quanto se gastou

com a brincadeira. Rejeitou-se, hoje, aqui, Senhor Presidente, um requerimento, e eu fico triste porque a bancada do PT, os homens que caminharam com os professores, os Deputados do PT rejeitaram o requerimento para defender os interesses dos municípios. Os Deputados do PT votaram contra para saber quanto se está gastando com o ensino, com as crianças. Como eu vou discutir educação, agora, com os Srs. Deputados do PT, quando eles se negaram a fazer o requerimento?

Aí vem o Deputado Welter e diz para mim: “o senhor vai lá no Tribunal e consegue as informações”. Eu nem vejo mais o Deputado Welter aqui! Queria ir com ele até o Tribunal para buscar essas informações. Estou curioso porque estou vendo a MP reclamar, estou vendo os Prefeitos reclamarem. Será que em Toledo, Deputado Welter, o Prefeito de Toledo está recebendo tudo que deveria receber? Está recebendo o Prefeito do município do Deputado Luizão? Está recebendo também o do Pedro Ivo, nosso Deputado? Os Prefeitos estão recebendo transporte escolar? Acho que não.

Sr. Presidente, acho injusto reprovar um requerimento porque, daquela tribuna, vi S. Exa., o Governador em quem eu votei, que eu trabalhei, que eu pedi voto, que eu fui chamado de rebelde no meu partido porque não quis acompanhar a candidatura do Osmar Dias, o PDT estava me apoiando e eu apoiei o Requião porque acreditei naquilo que ele falou dali, que disse que nós poderíamos perguntar o que quiséssemos que o governo iria responder.

Estou estranhando porque não se pode fazer um requerimento que o Deputado Romanelli diz que está tudo mal feito. O Deputado Requião, quando foi Deputado, fez tantos requerimentos aprovados nesta Casa, tenho cópias desses requerimentos. Então, Sr. Presidente, lamento que esses requerimentos estejam sendo adiados. Um adiado para amanhã, só um aprovado, que é da TV Educativa que pede cópia da “escolinha” que estou aguardando.

Vou pedir todas as Sessões da “escolinha” porque acho uma pérola a “escolinha”. Ela tem um lado bom, tem tudo que tem um programa de televisão para dar audiência: tem um lado educativo, tem um lado prestativo, tem um lado cômico e tem um lado policial também. De vez em quando, o Governador dá aquelas cacetadas para todo o lado, fala com a câmera, chama a câmera: “olha aqui, fulano!” Diz que hoje ele chamou a atenção de Paulo Pimentel, que foi seu Presidente da COPEL.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito, o Deputado Ney Leprevost usou por 5 minutos e V. Exa. por 10. Passaram os 15 minutos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não, não deu os 10 minutos. Estou marcando no meu relógio! O senhor parou o relógio e continuou.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu parei o relógio, faltavam 2 segundos. Deputado Jocelito, eu tinha colocado 5 minutos, faltando 2 segundos eu continuei 15 minutos em Explicações Pessoais que já acabou, porque já contou os 5 minutos do Deputado Ney Leprevost. São 15 minutos e foram inscritos 2 oradores: V. Exa. e o Deputado Ney Leprevost.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas V. Exa., então, me instruiu errado. V. Exa. disse que eu tinha 15. Eu me programei, Sr. Presidente, para falar 15 e, agora, o senhor acaba de destruir o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Lamento profundamente. Peço que V. Exa. conclua.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu termino. Perdi a noção, Sr. Presidente. Não tenho mais a falar.

Obrigado Sr. Presidente!

O SR. FELIPE LUCAS (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Gostaria de fazer as Explicações Pessoais também.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não é possível porque já foi feita a inscrição. Pediria a V. Exa. que pudesse se inscrever amanhã, senão o Deputado Jocelito vai voltar e vai querer mais 15 minutos.

O SR. FELIPE LUCAS (PPS)

Melhor não.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado pela compreensão, Deputado Felipe Lucas.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 27, 262, 275 e 276/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 214, e 218/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 197 e 233/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 934/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01976, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ADRIANA OSTEN COSTACURTA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 935/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01976, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ADILIO GORDERT SOARES DE SOUZA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 936/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01976, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ALZIMARA LEMES DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 937/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01976, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LUCIANE MOREIRA HILBERT, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 938/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01976, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover THIAGO HENRIQUE DE ROS MACHADO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 939/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01976, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ALUISIO PEDRO DA SILVA JUNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 940/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01976, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LEANDRO PANASOLO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 941/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01976, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RODRIGO DO PRADO RUSSI, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 943/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover LETICIA CHRISTINA BASSLER, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 944/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01977, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover PEDRO CHAGAS NETO, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do PFL, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 945/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01977, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MAURICIO SPEZIA, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do PFL, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 948/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01978, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CLAUDIO YOSHIMI KATAOKA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 951/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01978, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover FERNANDO CHODIRO MATSUDA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 952/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01978, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover TEREZINHA JOSE MINGUETTI, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do PSDB, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 953/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 02072, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOÃO AUGUSTO ZERBINI RIBAS VASCONCELOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ribas Carli Filho, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 982/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover PAULO ROBERTO VALENTIM, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 983/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover VANESSA APARECIDA WOYCEICHOSKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 984/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ELIS DAIANE PACHULSKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 985/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ADIR HANNOUCHE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 986/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover RAFAEL DE MOURA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 987/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover THABATA CRISTINA UHLIK VIEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 988/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover SILVIA CAROLINA MEDEIROS DE SOUZA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 989/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CORACI DANTAS DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 990/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ROGÉRIO PESSOA XAVIER DA SILVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do

Deputado Nelson Garcia, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 991/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JOSE OSMAR FERREIRA TAQUES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 992/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ANA CAROLINA DE ARAUJO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 993/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MIRELA MAGNANI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ademar Traiano, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 994/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover VALMIR BENINCAR PRIMO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 995/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ANTONIO GONÇALVES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 996/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JULIANE MARIA MAFFISSONI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 997/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover EVERSON SOARES DE MATOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Tadeu Veneri, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 998/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JOÃO FRANCISCO ANCIUTTI FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Artagão Júnior, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 999/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JOSE NARDELI CALDAS TOLEDO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Artagão Júnior, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1000/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARIA DE LOURDES PEREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Artagão Júnior, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1001/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover GILBERTO LUIZ GABOARDI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Francisco Bühler, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1002/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JAMIL FABIO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Francisco Bühler, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1003/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MATHEUS PIASSI MULBAK, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Francisco Bühler, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1004/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover OLEGARIO CUSTODIO DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Cida Borghetti, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1005/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CLAUDIA SEABRA CILENTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1006/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover GEREMIAS JOSE DO NASCIMENTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1007/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover OSI NUNES DE ARAUJO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1008/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover GINES FLORISVAL ORTEGA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1009/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ADEMIR JOSE JUNG, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1010/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover BRUNO RINALDIN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1011/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover LAISMARA DA COSTA SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1012/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover VITORIO SERGIO MENON, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Felipe Lucas, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1013/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover SIMONE NOGUEIRA DE SOUZA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1014/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MELISSA ROCHA CHERIEGATE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1015/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover FABIO NATARIO DANIEL, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1016/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover VALERIA ALBERTI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1017/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover AMANDA KARIME CAMARGO SEMENIUK, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1018/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ALVARO APARECIDO MARQUES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cheida, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1019/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover GENIVALDO DIAS DE SOUZA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cheida, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1020/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARCELA SOLDERA MARQUES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cheida, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1021/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARIA REGINA SIQUEIRA DE TOLEDO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cheida, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1022/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover GERALDINO DOS SANTOS DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cheida, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1023/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARIA CRISTINA DA SILVA IAROCRINSKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Marcelo Rangel, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1024/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARIO SERGIO DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Stephanes Júnior, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1025/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover SANDRA MARIA MEDINA CARVALHO, para exercer cargo em Comissão, junto à Comissão de Defesa do Consumidor, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1026/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover EDUARDO FREYER DE AZEVEDO, para exercer cargo em Comissão, junto à Comissão de Direitos Humanos, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1027/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover LUNARA LUIZA VERA VAZQUEZ, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1028/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover BEATRIZ GROSSI MAIA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1029/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JEAN FRANCO SAGRILLO, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1030/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ALVARO HENRIQUE PONTARA, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1031/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover EMERSON LUIZ DA SILVA NOLL, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1032/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARCELO PUPIO, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1033/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ROSARIA TOBIAS PRACZYK, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1034/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover AGILMAR FRANCISCO CICHACEWSKI, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1035/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover FABIO HERNANDEZ RODRIGUES DE ARAUJO, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 949/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01978, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, FRANCYELLE APARECIDA PECENIS DE MEDEIROS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 950/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01978, datado de 14 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MAURILIO DONIZETE DE JESUS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral***Portaria***

PORTARIA Nº 074/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3824, datado de 27 de abril de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, MARINEIDE LUZIA GOLOS, matrícula nº 40205, de sessenta (60) dias, a partir de 09 de abril de 2007, CID. X M 953 0/0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07.05.07.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 075/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3825, datado de 27 de abril de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, CLAUDIO BONAMIN, matrícula nº 40095, de (25) vinte e cinco dias, a partir de 17 de abril de 2007, CID. X. M65-4/M77-1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07.05.07.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Data: 13/03/07
Assunto: Licitação

Lote	Empresa Vencedora	Especificações	Valor	Protocolo de Pgto
1	Capanema Informá-tica Ltda	Cartuchos para impressora HP PSC	2.760,00	4179/07
2	H&D Alimentos Ltda	Material de Expediente	6.978,50	3692/07
3	Kapersul Ind. e Com. de Papéis S/A	Papel offset e cartolina	59.413,20	3726/07
4	n/c	Material gráfico	n/c	N/C
5	W-Tech Informática Ltda	Monitores LCD de 19 polegadas	6.200,00	3693/07

Diante do exposto, solicito que o presente seja encaminhado ao Sr. Diretor Geral para autorizar a publicação do resultado do referido Pregão Eletrônico.

Em 3 de maio de 2007.
(aa) PAULO CEZAR S.M.PIMPÃO - Pregoeiro
LUCI MARTINS AZEVEDO - Equipe de Apoio
MARCELO GONÇALVES CORDEIRO - Equipe de Apoio

RESUMO DO PREGÃO 004/07
Protocolo: 1955/07

Data: 13/03/07
Assunto: Licitação

Lote	Empresa Vencedora	Especificações	Valor	Protocolo de Pgto
1	Axidata Comércio de Informática Ltda	Material de Expediente	1.029,99	3695/07
2	Cartoner Informática	Cartuchos para impressora HP	8.470,00	
3	RHP Computadores Ltda	Microcomputador e nobreak	7.499,00	3827/07

Diante do exposto, solicito que o presente seja encaminhado ao Sr. Diretor Geral para autorizar a publicação do resultado do referido Pregão Eletrônico.

Em 3 de maio de 2007.
(aa) PAULO CEZAR S.M.PIMPÃO - Pregoeiro
LUCI MARTINS AZEVEDO - Equipe de Apoio
MARCELO GONÇALVES CORDEIRO - Equipe de Apoio

